

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Edilene Lopes de Almeida

REEDUCAR PARA SUPERAR DESIGUALDADES

Belo Horizonte

2010

Edilene Lopes de Almeida

REEDUCAR PARA SUPERAR DESIGUALDADES

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileiras, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): José Raimundo Lisbôa da Costa

Belo Horizonte

2010

Edilene Lopes de Almeida

REEDUCAR PARA SUPERAR DESIGUALDADES

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileiras, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): José Raimundo Lisbôa da Costa

Aprovado em 11 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Jose Raimundo Lisbôa da Costa – Faculdade de Educação da UFMG

Elânia de Oliveira – Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG/Centro Pedagógico

DEDICATÓRIA

... “E Mais Fácil Quebrar Um Átomo Do Que Um Preconceito.”

Albert Einstein

Contudo, apesar de todos os obstáculos e circunstâncias sociais e de valores, apesar de toda história vivida e vigente, as sementes que podem processar mudanças favoráveis à dignidade de todos, sem exceção, começam a brotar. Por isso se faz necessário abundante adubo humano que re programe nossos “softwares”.

Pensando assim, eu só posso agradecer aos negros desse nosso Brasil, os quais passaram a ser para mim referências, exemplos de luta e determinação.

RESUMO

Reflexões sobre a diversidade étnica racial brasileira e proposições de metodologias para a implementação da lei 10639/03 no espaço escolar bem como proposições de novos valores e conhecimentos a cerca da cultura afro brasileira no sentido de refletir e desconstruir preconceitos culturais e raciais.

Palavras-chave: Educação Étnico-racial – Educação Infantil – Plano de ação – comunidade e escola.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. DESENVOLVIMENTO	09
3. CONCLUSÃO	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5. REFERÊNCIAS	64
6. ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

Sempre comento que não escolhi fazer o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História da África e Cultura Afro-Brasileira, mas a cada dia acredito que fui escolhida por ele.

No início, meio desconfiada, fui me aproximando da “minha história”, que até então não sentia que era minha, pois sendo de pele clara, não me tocava com questões relacionadas aos negros e tudo mais que os acompanha desde a chegada ao Brasil.

É claro que também não me considerava preconceituosa, e como Assistente Social meu discurso sempre foi de que o marginalizado neste país é o pobre, e não o negro.

Políticas afirmativas eram duramente condenadas por mim, pois se tínhamos uma dívida a pagar, para mim seria com o pobre, fosse ele branco ou negro.

Assim, durante todos esses meses de realização do curso estive aprendendo e desaprendendo muito, quebrando mitos, tabus e paradigmas, e mesmo sabendo que muita coisa ainda está por vir, reconheço que a minha disponibilidade de mudança é hoje bem maior.

“Temos que aceitar que introjetaram em nós uma série de mecanismos, uma série de posturas que são racistas e autoritárias. Então, para aceitar isso, é preciso ter coragem de assumir essa luta e essa contradição. Nós somos contraditórios e a assunção desta contradição nos dará coragem para enfrentar nossas dificuldades.”

Helena Theodoro Lopes

Com o término do curso e com ele o fechamento do plano de ação que desenvolvi em minha escola/ UMEI Aarão Reis, durante o ano de 2010, me fez refletir ainda mais sob a minha responsabilidade com os novos chegantes, crianças pequenas, mas que certamente levarão para toda vida os ensinamentos certos ou errados que eu tenha lhes passado.

É nesse contexto que o presente plano de ação se propõe: apresentar os resultados da pesquisa que desenvolvemos dentro da escola com o intuito de sondar o conhecimento que a equipe tinha a respeito da lei 10.639/03 e como as questões étnicas raciais vinham sendo trabalhadas com nossas crianças ,além de apresentar um projeto institucional desenvolvido em 2010 , onde foi possível

trabalhar num primeiro momento uma “formação” ao corpo docente e em segundo ações práticas onde a questão racial pode ser abordada de diferentes formas.

Desta forma apresento inicialmente parte da minha história, relatos onde procurei entender porque estou hoje estudando uma temática até então indiferente a mim.

Relato minha entrada para a área da educação, já que, até 2005, minha única experiência escolar havia sido como aluna. Minha insegurança e preconceito são discutidos, mas também proponho algumas alternativas para minimizar as inúmeras dificuldades apresentadas às escolas na contemporaneidade.

Em seguida está a apresentação da UMEI Aarão Reis, instituição a qual atuo como educadora infantil desde 2005. Procurei apresentar toda sua estrutura, localização e proposta de trabalho, proposta esta que não apresenta até o momento a aplicação da lei 10639/03, embora ela seja trabalhada por alguns educadores de forma pontual, porém não institucionalizada.

O plano de ação inicia-se logo após esta apresentação da UMEI Aarão Reis, e nele, em duas partes estão a formação do professor - **Compartilhando formação e informações** - onde socializamos com nossas colegas educadoras a parte teórica do nosso curso, apresentação da lei 10639/ 03, sua aplicabilidade, entre outros assuntos e experiências.

Na segunda parte do plano de ação cujo título é: **Minha história, minha família**, as práticas desenvolvidas tiveram como alvo principal as crianças e suas famílias.

Nas considerações finais procurei fazer uma reflexão sobre tudo que pude observar no desenvolvimento do projeto e das práticas pedagógicas que vivencio.

2- DESENVOLVIMENTO

MINHA HISTÓRIA

Venho de uma família, que atualmente podemos chamar de classe média baixa, mas há 40 anos atrás lembro-me apenas que o meu pai, então bancário conseguia prover a família de 04 filhos com o básico necessário. Minha mãe nunca trabalhou fora e pôde nos acompanhar em tudo, desde a entrada na escola e acompanhamento as tarefas escolares, até a escolha dos primeiros amigos, primeiros passeios e festinha. Podíamos brincar na rua até tarde da noite, tínhamos em casa um quintal grande, onde inventávamos brincadeiras variadas, entre nós os irmãos e os colegas vizinhos. Nestas brincadeiras a presença da mãe era quase sempre um prazer, pois nos ensinava brincadeiras diferentes, acendia fogo para fazermos comidinhas no fogão a lenha (esse era feito apenas com dois tijolos no chão liso), tinha o prazer de nos oferecer o mantimento necessário para fazermos as guloseimas e nos orientava em fazer a divisão dos mesmos quando entrava um grupo maior para participar. Lembro-me ainda, de uma amiga cuja mãe não era assim tão participativa, não concordando que a filha contribuísse com nada para a "comilança", e ela então, meio sem graça na hora da divisão dizia: "_ eu vou contribuir com o fósforo para acender o fogo". E nesse momento, quando todos insatisfeitos com aquela contribuição ,ouvíamos da minha mãe, que certamente conhecia a família de nossa amiga :"_ não tem problema que ela contribua apenas com o fósforo, pois também precisaremos dele." E assim, o impasse era resolvido, com minha mãe contribuindo com a parte de quase todos e na hora da divisão do almoço todos estavam felizes por terem ajudado. Hoje sei o como minha família foi importante para a minha formação e minhas escolhas.

Minha infância se passou nos anos mais difíceis que nosso país viveu quando se trata de política e principalmente repressão. É claro que para mim, naquela época esses tipos de assunto não tinha nenhum significado, não sabíamos o que estava acontecendo e nem tínhamos interesse em saber. Nossa preocupação era brincar, assim que voltávamos da escola, fazer algumas pequenas tarefas domésticas e também as tarefas da escola, podíamos ir para a rua nos reunir com os colegas. As brincadeiras, como já relatei eram variadas, ora no quintal de casa, ora na rua

mesmo, brincávamos de bola, de pique, rouba bandeira, chicotinho queimado e tantas outras. Até tínhamos televisão em casa, mas preferíamos os colegas a assistir algum noticiário, mesmo porque, com a censura a imprensa, pouco se ouvia nos meios de comunicação sobre o que realmente se passava. Com a grande imprensa silenciada, as notícias sobre o que acontecia nos porões da ditadura eram veiculadas exclusivamente pela imprensa clandestina. Mas penso que se fosse diferente nós continuaríamos alheios, pois em casa, a noite, já exaustos, mal conseguíamos tomar banho, jantar e cair na cama.

A conversa dos adultos também era algo que não nos interessava, não me lembro de querer participar de nada que os meus pais se falavam, que não fosse algo a meu respeito. Não ouvia discussões entre eles, não sabia se estavam com problemas financeiros, se minha mãe estava com TPM, ou coisa parecida. Aliás, acho que naquele tempo não tinha depressão nem TPM, que bom!!!

Como os tempos hoje são outros, os filhos participam de tudo em casa, têm acesso a todas as informações, em tempo real, muitas vezes antes dos pais, sejam elas informações educativas ou não. Sofrem com as brigas e desentendimentos familiares e também precocemente já têm problemas emocionais, depressão, insônia, distúrbios alimentares, de conduta, problemas na aprendizagem etc.

Não fiz o jardim de infância, isso porque nos primeiros dias de aula chorei tanto que minha mãe, com pena, preferiu que eu ficasse em casa. Assim, com 06 anos entrei para o pré-primário, já no grupo escolar estadual perto da minha casa. Foi então que conheci minha primeira professora, que me acompanhou até a 2ª série. Estávamos em 1970, período em que o Brasil vivia a mais dura e violenta ditadura militar. A censura estava institucionalizada e a tortura e os assassinatos tornaram-se práticas comuns dentro dos presídios. A violência era praticada por todos os lados, e hoje vejo que ela estava até mesmo dentro da minha sala de aula. Me lembro com clareza da D.Nely, o "dona", era obrigatório, assim como vários outros comportamentos de respeito e submissão. Eu não era capaz de abrir a boca sem que fosse solicitada, e o medo de uma "bronca" era tão grande que um dia fiz xixi na sala de aula por medo de pedir para ir ao banheiro. Imaginem só, o vexame que passei, mas sua postura enérgica me assustava muito, e eu não podia reclamar, afinal minha mãe já havia cedido me retirando do jardim de infância o qual não me adaptei. Agora eu já tinha 06 anos e não teria argumentos para mais uma insatisfação. Para tentar me defender, passei para o lado dela, era bem comportada

e até me tornei a responsável por levar semanalmente uma "vara de marmelo", colhida com cuidado no quintal de minha casa, sendo esse o instrumento de tortura que era utilizado para conseguir a ordem e disciplina na turma. Felizmente nunca foi preciso que ela usasse seus métodos comigo, e nem mesmo meus colegas se rebelaram contra mim. Sorte a minha pois nos tempos atuais eu não sairia ileso.

Com apenas 12 anos, passei a frequentar um centro social perto da minha casa o qual atendia as famílias mais carentes da região. No centro essas famílias tinha o atendimento médico, odontológico e social, além de muitas atividades recreativas e de lazer. Me inscrevi como voluntária para ensinar o para-casa as crianças que frequentavam o centro. Adorava o que fazia, me sentia importante e logo fui ganhando o carinho e reconhecimento das famílias e de todos os funcionários do centro, e passei a receber também tarefas de mais responsabilidades. Nesse centro social passei a conviver também com psicólogos, médicos e assistentes sociais o que foi decisivo para a escolha da minha profissão.

O convívio ainda precoce com profissionais autônomos foi decisivo para a escolha de minha profissão, e contrariando um costume familiar, convenci meus pais a me matricular em uma escola onde pude fazer apenas o curso científico, pois esse ao contrário dos cursos técnicos me daria "base" para concorrer a uma faculdade.

Na época anos 70-80 já tínhamos os cursos técnicos, feitos juntamente com o curso secundário, e os mais conhecidos e procurados eram o técnico em contabilidade e análise de patologia clínica, pois ao concluir o 2o.grau o estudante já tinha uma profissão. Para as mulheres no entanto, o curso de magistério aliava também o início profissional assim que terminava o ginásio. Foi essa a escolha da minha irmã, primas e grande maioria das amigas. Pois bem, acho que sou a única mulher na minha família que não fez o curso magistério naquela época.

Ingressei então em 1983 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no curso de Serviço Social, me formando em 1987. Durante todo o curso ainda continuei a trabalhar no centro social exercendo então a função de Monitora social, acompanhando diretamente as famílias carentes atendidas pelo centro. Fazia visitas domiciliares, orientava quanto as dificuldades do dia a dia dessas famílias, fazia encaminhamentos, escutava, e a cada dia percebia que era aquilo mesmo que eu queria para a minha vida.

Quando me formei senti necessidade de conhecer outras áreas de atuação do

serviço social, indo trabalhar em uma clínica de atendimento especializado à crianças e adolescentes com deficiência. Também o trabalho me fascinou, pois além de poder estar junto das famílias, pude entender um outro lado de suas dificuldades: além de todas as privações financeiras ainda tinham em casa um filho que não nasceu como todos esperam, ou seja "tinham algum defeito". As situações encontradas sempre são as mais diferentes possíveis, mas o sentimento de culpa e "incapacidade de fazer melhor", estão sempre presentes.

MAGISTÉRO, O SER PROFESSOR

Enquanto trabalhava nesta clínica para crianças com deficiência, fui convidada a tornar-me sócia da instituição, e tendo algumas economias comprei parte das ações juntamente com outros colegas (psicólogos e fonoaudióloga).

Na época a instituição tinha um projeto de tornar-se uma escola de ensino especial, sendo necessário então que no corpo clínico tivéssemos profissionais com o curso de magistério. Foi com esse objetivo que me matriculei no curso de magistério do colégio Minas Gerais, em 1995, quase 10 anos depois de me formar na PUC-MG. Concluí o curso em apenas 01 ano, já que era graduada em Serviço Social. Confesso que, como antes, tive muito pouco interesse pela área da educação, e apenas desempenhei o meu papel de aluna, sem muito entusiasmo. Entretanto, os planos de trabalhar com a educação especial não foram para frente, no local em que trabalhava, e o diploma de magistério foi apenas arquivado entre tantos outros que conquistei durante minha vida profissional.

Trabalhando nesta Clínica eu me encontro até hoje, pois foi nela que tive a certeza do que eu mais gosto, ou seja: "_gosto de gente". Já desenvolvi trabalhos e projetos maravilhosos, entre eles o atendimento de grupo às mães das crianças atendidas, onde o conforto, o escutar, a troca de experiências, o incentivo são as marcas do nosso trabalho. A atual vida corrida, onde o anúncio de que uma criança nasceu com uma deficiência muitas vezes é transmitida apenas quando a mãe tem alta da maternidade, sem muitos detalhes, é mais frequente do que se pensa. Para essas famílias, principalmente mães sofridas, a oportunidade de serem ouvidas, esclarecidas e amparadas de sua dor é algo que traz não só para elas, mas também nós profissionais, um aprendizado jamais encontrado em nenhuma academia

Essa experiência com a pessoa com deficiência me proporcionou também a

possibilidade de trabalhar para a prefeitura de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Assistência Social, como coordenadora do Programa MURIKI. Esse projeto, existente até hoje, porém com nome e formato diferente e procura com uma equipe técnica formada por psicólogos, Assistentes sociais, cuidadores sociais e "brincantes", acompanhar as famílias que têm em casa alguma criança ou adolescente com deficiência. O trabalho é feito diretamente na comunidade (casa da criança e rede de serviços da região). Cada regional da cidade possui uma equipe de atendimento, e as famílias depois de cadastradas passam a receber através de visitas domiciliares orientações sobre direitos da pessoa com deficiência, encaminhamentos para os atendimentos necessários, além de ser feito um amplo trabalho com a rede de serviços (divulgação, parcerias, contatos, encaminhamentos, reuniões de sensibilização etc).

Foi trabalhando como coordenadora nesse programa ,que passei a conhecer mais de perto as nossas escolas, pois frequentemente eramos convidados para encontros para tratar das questões da inclusão da criança com deficiência na rede municipal. O momento 2000/2005 foi crítico para a área educacional, visto que após o fechamento de algumas escolas de ensino especial, além da maior divulgação do direito da criança com deficiência frequentar a escola regular, nossas escolas se viram despreparadas para a árdua missão. Nesse contexto, a presença do MURIKI na escola, era muitas vezes vista como ameaça: _"lá vem aquele povo que acha fácil colocar uma criança com deficiência na sala de aula; eles dizem isso porque não são eles que vão aguentar o rabo de foguete." Frases como essas eram uma frequência, mas a cada dia se tornava para mim ainda mais desafiadoras; eu não poderia desistir. Assim, organizávamos encontros com dinâmicas mais lúdicas, para que os professores pudessem se sensibilizar com a causa, para depois discutirmos as possibilidades de trabalho.

Vejo também que esse meu momento profissional foi importante para a minha vinda para a área da educação, como educadora infantil. Vivencie situações de discórdia, comodismo, resistência ao novo,mas também conheci professores entusiasmados com a sua profissão, e dispostas a desaprender muito para receber o novo.

Outro foco do programa MURIKI era o trabalho de sensibilização que fazíamos com os alunos, quando uma criança deficiente era matriculada, era preciso que fosse aceita e bem recebida por toda a comunidade escolar, pois nós seres

humanos muitas vezes criticamos , questionamos e fazemos pré juízos daquilo que não conhecemos. A partir do momento que nos encontramos falávamos do direito de todos de frequentar os mesmos espaços, de convivermos com respeito, indiferente da nossa cor, religião, opção sexual e também da nossas limitações, era mais tranquilo receber um deficiente na escola.

Como eu aprendi nesses encontros, e como eu tive a certeza que tudo depende da nossa opção em fazer diferente. Não serão as leis, portarias, ou qualquer outra forma de obrigatoriedade que me fazem um bom ou mal profissional, e sim o meu desejo íntimo de acreditar no outro, de desaprender muito, quebrar mitos e tabus e buscar alternativas possíveis para cada sujeito. Nenhuma faculdade, curso de especialização, ou coisa parecida irá me ensinar a trabalhar com uma pessoa com deficiência, não existe receita pronta. O que pode fazer a diferença é o meu desejo de conhecê-lo e é claro com ajuda e orientações de outras áreas ,traçar um plano de trabalho para cada sujeito ,que é único. Essa experiência no programa MURIKI,principalmente porque tive a oportunidade de estar no ambiente escolar também refletiram na minha entrada anos mais tarde ,na educação infantil. Hoje vejo que o que mais me incomodou na época era a resistência da maioria do professorado para aquilo que era novo e desafiador.

Porém para mim a 05 anos atrás, a minha entrada na educação infantil havia se dado quase que por acaso, ou como diríamos, "coincidências do destino". Estando formada e atuando como Assistente Social com muito gosto, me deparava na época com a insatisfação financeira da profissão, e sempre procurava inscrever-me em concursos públicos na tentativa de melhoria.

Assim, foi em fila para inscrever em um concurso para Assistente Social do município de Belo Horizonte, que coincidentemente encontrei outro grupo que se inscrevia para o 1o. concurso de educação infantil também em Belo Horizonte. Busquei então, ali mesmo naquela fila, informações sobre o "tal"concurso e soube que a exigência seria o magistério, o qual havia concluído anos antes, após ter saído da faculdade. A carga horária de trabalho também me chamou atenção, pois poderia continuar exercendo a minha profissão como Assistente Social. E foi assim, que priorizando o concurso para Assistente social, que me inscrevi e também me preparei para o concurso de educação infantil.

Ao ler o material foi que pude rever todas as questões que no momento envolviam a educação, as quais estive afastada durante muitos anos. Assim, ao ser

aprovada no concurso, tomei posse e assumi o cargo em Janeiro 2005.

Confesso que num primeiro momento, o susto foi grande, pois deparei com uma escola nova, bem diferente daquela que eu havia deixado a mais de 30 anos. O desapontamento foi inevitável, eu não gostei das mudanças que naquele momento eu precisava conviver. Tudo para mim era estranho, sentia o grupo exigente, cobravam todos os seus direitos, reclamavam pelas substituições, hora dos projetos, tiravam muitas licenças médicas, o que desestruturava a rotina da escola, deixando os professores assíduos contrariados.

Hoje procuro entender tudo o que acontecia e acontece, afinal de contas eu nunca havia trabalhado em nenhum serviço público, e é claro que as relações trabalhistas no setor privado são bem diferentes.

Também não entendia muitas preocupações de alguns professores, que para mim não faziam sentido para o momento.

Recordo-me de um fato que me chamava muita atenção, era o de que alguns professores não aceitavam serem chamados de 'tias'. A expressão soava quase como uma ofensa, e eu não entendia muito bem o porquê, porque foi assim que eu aprendi a me referir às minhas queridas e amadas professoras. As crianças eram advertidas severamente com frases do tipo: "olhe bem para mim e veja se eu sou algum parente seu? e eu via aqueles olhinhos espertos e curiosos se afastarem rapidamente, e assim como eu sem entender o porquê da bronca. Para mim esse não era o tipo de problema que os professores deveriam estar preocupados, pois se antes a escola era quase uma continuidade da família pois a ela era dado o direito de ensinar e disciplinar, não seria de uma hora para outra que tudo iria mudar. E mais, quem sabe não seria a professora a única referência de carinho que aquela criança teria naquele momento, e que uma resposta mal planejada poderia estragar tudo. Quanto a isso existe uma questão que para mim não mudará nunca, a docência sempre será algo da ordem da delicadeza. Atualmente vejo essa questão voltar a tona, e já não é mais o "tia", o problema, pois nós professores somos chamados de "teacher", ou "prof". Será que iremos agora também nos preocupar com os novos termos? Ou será que precisamos entender as novas linguagens e formas de comunicação? Para mim não há nada melhor ou pior, só são diferentes.

Felizmente eu não desisti, porém passei a ler mais sobre todas as mudanças que vinham acontecendo na área da educação, e com clareza hoje sei que não há culpados.

Para começar passei a refletir melhor sobre a principal mudança em todo o contexto: historicamente a tarefa do professor era o resultado de uma vocação e sacerdócio, e a escola era “templo do saber”. Essa transformação do ofício de ensinar aconteceu muito rápida, a escola passa a ser antes de tudo um direito de cidadania, e exercer a docência também passa a ser algo novo que precisava ser revisto.

De repente o professor passa a ser cobrado em competências com o modo de obter as aprendizagens desejadas, manejo de métodos de ensino e com os conteúdos, habilidades para interagir com alunos, pais, colegas e comunidade, técnicas modernas de informação e comunicação, atualização permanente, etc,etc,etc... Vamos combinar que foi muita coisa em pouco tempo, e assim, os conflitos foram inevitáveis.

É claro também que essas mudanças rápidas se esbarram no caráter estruturante e conservador das instituições escolares. Mais uma vez precisamos estar atentos, pois nos está sendo exigido um novo profissionalismo, que precisa ser definido e construído. Sempre existiu uma distância entre a cultura da sociedade, a cultura dos jovens e a cultura da escola, mas esse conflito era mais facilmente resolvido. Hoje essas novas gerações têm oportunidade de aprendizagens (internet, vídeos, vídeos-game, músicas, televisão) o que torna a “disputa” extremamente desigual. O novo docente deverá ser capaz então, de compreender, apreciar e “fazer dialogar” as culturas incorporadas pelos alunos.

E nesse aspecto eu digo que também desaprendi muita coisa. Desaprendi que não é um uniforme completo (eu ficava irritada com as escolas que aceitavam crianças sem tênis ou sapatos fechados), um boné na cabeça, o chamar-me de “brother”, ou não fazer o para-casa que irá me desmotivar a continuar, ou se tornará uma desculpa para realizar um trabalho medíocre. Passo a crer mais do que nunca que a relação docente/discente contém sempre esperança, e o que importa antes de tudo é a relação que se estabelece.

Outro fato corriqueiro que vivencio no ambiente escolar, vindos muitas vezes de mim mesma, são os estereótipos usados com os alunos e suas famílias. Interpretações e pré-julgamentos são frequentes, criando desde situações simples de desavenças até problemas graves onde a criança poderá carregar por toda a vida. Pois é, precisamos estar atentos às nossas falas, preconceitos, percepções e atitudes, pois é na sala de aula que tudo acontece, e por mais que os docentes

queiram estar no centro, ela é um espaço policêntrico.

A contemporaneidade traz fatos e questões que interpelam a escola e os professores e esses novos perfis sociais geralmente não agradam. Docentes são obrigados a trabalhar e a se relacionar com tipos humanos e sociais que não escolheu, com os quais não se identifica, não se tem simpatia, e é aí que os estereótipos negativos vêm ganhando terreno. Como a questão é séria, e nós precisamos mais uma vez ficar atentos, aprender e desaprender muito, Hoje, o compromisso ético-moral com o outro, uma certa atitude de entrega e desinteresse adquiriu uma importância fundamental no desempenho do ofício. Ser professor no novo contexto social é, portanto uma questão de cultura, de política e de afetividade principalmente. Para mim professor precisa gostar de gente, e de todas as mazelas que nós seres humanos carregamos. Os docentes estão encarregados de acolher, apresentar e interrogar o mundo junto a estes novos chegantes, e tudo se torna mais fácil quando abandonamos nossos preconceitos.

Assim, respeito, crença, amorosidade, humildade, tolerância, abertura ao novo, persistência na luta, recusa aos fatalismos, devem ser sempre os principais objetivos dos docentes.

Também ouço com frequência professores, e toda a comunidade escolar indignados com as cobranças exageradas que são postas hoje para as nossas escolas. A escola é hoje a responsável por tudo, a ela tem se exigido desde o desempenho escolar da criança, até trabalhos sociais, bom relacionamento com a comunidade, contenção afetiva, orientação ético-moral, orientação vocacional ,entre outros. Contudo é fato que como já relatei, todas as mudanças e avanços vem acontecendo de forma assustadoramente rápida, e que a escola estando submetida a esses novos conjunto de demandas sente-se impotente e desestimulada. Nesse aspecto encontramos outra dificuldade da cultura tradicional: a ideia de autonomia individual e controle burocrático de suas atividades. Passar de uma cultura de exercício individual do ofício a uma cultura de profissionalismo coletivo não será um processo fácil. E é isso que as escolas precisam entender, elas não precisam assumir todo o peso sozinhas, mas sim aprender a dividir tarefas, passar responsabilidades, trabalhar em equipe, dentro da própria escola, com a comunidade e também com as redes de serviços do município. A heterogeneidade dos alunos obriga-nos hoje a trabalhar em equipe, para atender as diferentes exigências. O que antes podia ser resolvido apenas com a família, já não tem

resultados se compreendemos as novas e diferentes configurações de famílias que habitam o ambiente escolar. Vamos então num primeiro momento aprender a selecionar tudo que chega, e então dividir responsabilidades. Acredito sinceramente que já estão surgindo novas competências profissionais dentro da escola: psicólogos e assistentes sociais são alguns deles, e porque não? Essas seriam as novas reivindicações de nossa categoria, bem mais atuais do que simplesmente reclamar salários e falta de condições de trabalho, não que essas não sejam importantes.

É dessa forma que novamente digo que o curso me faz desaprender, porque até mesmo uma escola com outro formato já fazem parte dos meus sonhos. Ou talvez não seja um sonho, principalmente se lembrar-mos sempre do texto de Jurandir Freire Costa: “A mudança está em nós mesmos, temos o instrumento da linguagem, possuímos uma imaginação poderosa, possuímos a memória dos fatos humanos registrada de mil formas e ainda temos disposição”.

Então ,Porque Não?

O ESPAÇO ESCOLAR

Identificação da instituição

- 1 Unidade Municipal de Educação Infantil Aarão Reis – Escola Pólo: E. M. Hélio Pellegrino.
- 2 Endereço: Rua Três, nº 25 – Bairro Aarão Reis, CEP: 31.814.680, Belo Horizonte – MG.
- 3 Início das atividades: Março de 2005.
- 4 Inauguração: 17 de novembro de 2005.
- 5 Entidade mantenedora e grupo fundador: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

FINS E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Os sujeitos da UMEI Aarão Reis concebem a Educação como movimento e conhecimento enquanto informação, reflexão, crítica e transformação. Dessa forma, educar é desenvolver no ser humano todas as suas possibilidades de vir a ser. É desenvolver qualidades escondidas na busca da compreensão de si, do mundo e da vida. Estando, a Educação inserida em um contexto sócio-histórico político busca se

a partir da construção da proposta pedagógica dessa instituição a formação de crianças enquanto sujeitos de direitos. O fazer pedagógico, acontecido no dia-a-dia, em parceria com a comunidade escolar irá contribuir para a formação de novos cidadãos.

FINS E OBJETIVOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A organização do cotidiano da instituição e dos grupos de crianças

A organização desta instituição provém da possibilidade de constituir uma visão própria de uma concepção de educação e cuidado com o sujeito. Sua organização visa sintetizar o projeto pedagógico da instituição e apresentar a proposta de ação educativa dos profissionais.

As práticas educativas

Fazer do brincar a forma privilegiada de construção do conhecimento, de expressão das emoções, sentimentos, desejos e necessidades, para que a criança possa viver plenamente sua infância, se torna eixo norteador em busca do desenvolvimento integral da criança. Dessa forma constituem-se fins e objetivos dessa instituição reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e com o próprio ambiente de maneira articulada e gradual. O desenvolvimento de projetos é uma prática constante que poderá efetivar tais objetivos.

A ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A UMEI Aarão Reis tem como fins e objetivos desenvolver a capacidade de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, atendendo as disposições legais apresentadas na LDBEN 9394/96 nos artigos 2º, 22, 29, 30 e 31. Busca atender os objetivos específicos de cada área de conhecimento na aquisição de competências, habilidades intelectuais próprias e atitudes, de acordo com o proposto pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA, DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DE APRENDIZAGEM, SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE E O AMBIENTE

A criança enquanto ser social, histórico e cultural

A criança é um ser social e histórico, que faz parte de uma organização familiar inserida em uma sociedade caracterizada por uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. Tem na família um ponto de referência fundamental.

A necessidade de se viver em grupo é uma exigência inata de todo ser humano, onde se é educado para agir segundo as regras sociais e internalizar os padrões culturais em que se vive. “A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas” (DELORS, 2001). Os pais desde cedo introduzem maneiras de se relacionar com as pessoas através de: respeito ao próximo, valores morais, princípios éticos, através de conduta já estabelecida pelo meio social a seus filhos. A partir desses ensinamentos, a criança começa compreender o seu papel no meio social, iniciando o processo de construção de sua cidadania.

Os profissionais da UMEI Aarão Reis reconhecem as crianças como cidadãos de direitos e deveres, indivíduos únicos, seres sociais e históricos, seres competentes e produtores de cultura. Sujeitos que necessitam da educação escolar para transformar os saberes de sua experiência em conhecimentos essenciais para o usufruto de seus direitos. A criança vivenciará na escola desafios planejados que lhe possibilitará o exercício de habilidades mentais como observar, comparar, verbalizar hipóteses, elaborar pequenas conclusões, expressar descobertas e conhecimentos adquiridos anteriormente ao seu ingresso na escola.

Dessa forma, percebe-se e reconhece-se como de fundamental importância a parceria entre a família e a escola, visto que “(...) o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre a educação escolar e a família” (DELORS, 2001).

O processo de desenvolvimento da criança

Desde o nascimento, o ser humano passa por várias fases de desenvolvimento. De modo geral, quando criança, ele desenvolve suas

potencialidades, a linguagem, expande sua relação com o meio, vive a contradição, a partir dos jogos de imitação e simbolização que o permitem vivenciar conflitos que podem contribuir para afirmar seu “EU” e ganhar interesse pela vida social, conquistando assim o mundo.

Uma das primeiras capacidades construídas é a de simbolizar, o que representa um passo importante para o desenvolvimento do pensamento. A capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. O fato da criança desde cedo se comunicar através de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que desenvolva sua imaginação, pensamento e construa conhecimento.

A partir dessas vivências com o meio e interações com os sujeitos a criança busca compreender a realidade a sua volta elaborando hipóteses e explicações sobre os fenômenos naturais, sociais, históricos, etc. Ao considerar essas experiências da infância, a escola entende que a criança precisa: brincar para crescer; do jogo como forma de equilibração com o mundo; do faz-de-conta como fonte de “amadurecimento” e; manifestar e desenvolver sua sexualidade.

Na UMEI Aarão Reis considera-se a criança enquanto ser afetivo e em formação, livre para pensar e usar suas múltiplas linguagens. Um ser com necessidades físicas e emocionais para o fortalecimento da auto-estima. E é nesse momento, enquanto criança, que os vínculos afetivos contribuem para o desenvolvimento pleno da personalidade.

O processo de aprendizagem da criança

As crianças possuem uma natureza singular, e se caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Através das interações que estabelecem com as pessoas e com o meio que as circundam, as crianças revelam o seu esforço para compreenderem o mundo em que vivem e, por meio das brincadeiras, revelam as condições de vida a que estão submetidas, seus anseios e desejos.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, representação, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Dessa forma, na UMEI Aarão Reis, busca-se a partir da ação dialógica

escutar e dar espaço para que a criança possa manifestar esse conhecimento prévio oriundo do senso comum, que será reelaborado para atingir níveis mais complexos de compreensão. Desse modo, o processo de aprendizagem é oportunizando a partir de situações de observação, experimentação e argumentação para que esse conhecimento prévio possa ser reestruturado de modo a alcançar a compreensão científica dos fenômenos.

Na UMEI Aarão Reis adota-se a concepção de que a Educação Infantil deve atender às necessidades psicossociais da criança criando as condições mais adequadas para o desenvolvimento harmonioso de seus aspectos físicos, sócio-emocionais e cognitivos. O desejo implícito nessa concepção é que as crianças aprendam, sendo elas próprias o sujeito da aprendizagem. Todas podem se desenvolver se tiverem oportunidade de aprender a aprender; é um processo pessoal, intransferível e contínuo e cada um tem que desenvolvê-lo de acordo com as possibilidades na relação com o processo escolar.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE NA QUAL SE INSERE

O bairro e sua infra-estrutura

A UMEI Aarão Reis está situada no bairro Aarão Reis e atende crianças de zero a cinco anos e oito meses em período integral e parcial. O bairro é antigo, tipicamente residencial, localizado na região norte de Belo Horizonte. Suas ruas são, em sua maioria pavimentadas, têm saneamento básico e o bairro possui um posto de saúde com atendimento odontológico.

É perceptível a valorização da região após a construção da Via 240, que muito contribuiu para o acesso ao bairro e adjacências. Possui várias linhas de transportes coletivos, incluindo integração ao metrô.

O bairro possui uma escola estadual que atende às séries iniciais do Ensino Fundamental. Já os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio são oferecidos por escolas dos bairros vizinhos, que são próximas e de fácil acesso, evitando assim a falta de atendimento. A Educação Infantil é atendida pela UMEI Aarão Reis, que atua desde março de 2005, tendo como escola núcleo a E. M. Hélio Pellegrino, localizada no bairro Guarani, a qual oferece o Ensino Fundamental completo e Educação de Jovens e Adultos.

As famílias atendidas

De acordo com o levantamento de dados realizado através da *Ficha Individual da Criança – Educação Infantil* e *Ficha de Inscrição para Educação Infantil*, constatou-se que as famílias seguem em sua maioria, as religiões evangélica e católica. No entanto, as práticas pedagógicas devem atender a propósitos de uma escola laica, que vise à diversidade cultural e religiosa. A etnia predominante das famílias e crianças é parda, existindo ainda as etnias negra e branca.

Os sujeitos atuam em profissões variadas, havendo destaque na prestação de serviços em empregos não formais, sem vínculo empregatício e a renda familiar oscila entre um a quatro salários mínimos. As famílias são compostas geralmente, por no mínimo cinco pessoas (pais, avós, tios, irmão, madrastas, padrastos.). A escolaridade dos mesmos é na maioria Ensino Fundamental ou Médio incompleto.

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DO COTIDIANO DO TRABALHO

Funcionários responsáveis pelo funcionamento da instituição

A UMEI Aarão Reis possui um quadro de funcionários formado por 31 (trinta e uma) educadoras, 2 (duas) coordenadoras, 1 (uma) vice-diretora, 1 (uma) auxiliar de secretaria, 10 (dez) auxiliares de serviços, 1 (um) guarda municipal, 2 (dois) porteiros, 2 (dois) vigias noturnos. Os porteiros e vigias trabalham em regime de doze por trinta e seis horas.

Responsabilidades e atribuições dos funcionários para a organização do trabalho da instituição

A atuação dos envolvidos no funcionamento da UMEI Aarão Reis é de extrema importância para que a ação coletiva na escola aconteça. A articulação dos diversos segmentos de funcionários dá sustentação e efetiva o projeto político pedagógico. Essa harmonia é o princípio que promove a transformação da escola em espaço de formação integral e permanente para toda a comunidade escolar, evidenciando a criança.

Compete à vice-diretora

- 1 Coordenar junto com os profissionais da escola a construção de um currículo voltado para a inclusão social;

- 2 Assegurar a unidade do grupo de trabalho para o atendimento das necessidades dos alunos;
- 3 Conhecer e buscar os projetos culturais da comunidade integrando-os aos projetos de trabalhos da UMEI;
- 4 Avaliar, promover e reordenar os projetos de trabalho em andamento;
- 5 Discutir e analisar as condições de trabalho dos profissionais de ensino, valorizando o trabalho da equipe;
- 6 Organizar, planejar, desenvolver e avaliar ações de formação para o corpo docente em horários de ACPATE e Reuniões Pedagógicas;
- 7 Participar de reuniões e de formações promovidas pela SMED/GCPF/GERED e outras instâncias;
- 8 Articular a secretaria da escola com as instâncias pedagógicas, socializando informações sobre documentação de alunos, acesso a documentos e relatórios sobre a vida escolar dos alunos;
- 9 Desenvolver ações junto à família e aos alunos para garantir a frequência regular;
- 10 Encaminhar e acompanhar junto a órgãos competentes casos de abusos, violação de direitos e negligências com os alunos;
- 11 Planejar os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos/projetos;
- 12 Assegurar no trabalho cotidiano junto aos professores(as) o uso e retomada dos registros do processo vivenciado pelos educandos(as) para novos planejamentos;
- 13 Construir estratégias, junto com o coletivo da escola, para organização da substituição na falta de algum professor, para que seja garantida a continuidade do processo de formação dos educandos sem rupturas, repetições ou atividades desconectadas à proposta pedagógica da UMEI;
- 14 Planejar todo o trabalho escolar;
- 15 Representar a escola perante órgãos da administração municipal;
- 16 Substituir o diretor em suas faltas e impedimentos eventuais;
- 17 Compreender a ação pedagógica para possibilitar o trabalho da coordenação;
- 18 Articular o apoio administrativo para dar sustentação ao desenvolvimento das propostas pedagógicas;
- 19 Estabelecer reuniões sistemáticas de toda equipe de coordenação da escola;

- 20 Discutir as demandas e as divergências;
- 21 Distribuir tarefas;
- 22 Contribuir de maneira efetiva para o alcance dos objetivos pedagógicos propostos no PPP da escola;
- 23 Cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas dos órgãos competentes;
- 24 Coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas e pedagógicas da Escola;
- 25 Velar pela fiel observância do regime disciplinar;
- 26 Promover o bom relacionamento entre todo o pessoal da escola;
- 27 Favorecer a integração da escola com a comunidade, através de mútua cooperação, na realização das atividades de caráter cívico social e cultural;
- 28 Controlar a chegada e saída de todo pessoal da escola em seu horário de trabalho;
- 29 Coordenar a manutenção da limpeza, elaborando horário de trabalho e atribuições dos auxiliares de serviços gerais, supervisionando-os na execução de suas tarefas;
- 30 Convocar reuniões com o corpo funcional e docente, quando se fizer necessário;
- 31 Executar outras tarefas correlatas.

Compete à coordenadora:

- 1 Encaminhar as discussões pedagógicas, planejando, orientando, articulando e avaliando os projetos de trabalho de cada ciclo de formação;
- 2 Organizar, junto com o grupo de trabalho, as enturmações;
- 3 Organizar os tempos dos professores no coletivo do ciclo, assegurando o processo de formação, planejamento e registros das ações, bem como substituição de professores;
- 4 Articular os projetos pedagógicos desenvolvidos pelos professores e acompanhar o desenvolvimento do trabalho em sala de aula;
- 5 Acompanhar e analisar o processo de aprendizagem dos alunos, suas dificuldades e propor as intervenções pedagógicas necessárias;
- 6 Propor e incentivar vivências de outros espaços de aprendizagem, de acordo com os projetos de trabalho, divulgando e organizando os eventos;

- 7 Apresentar e discutir com as famílias as questões referentes aos aspectos pedagógicos e de desenvolvimento dos alunos;
- 8 Serviços de mecanografia;
- 9 Atender a comunidade escolar com competência, educação e qualidade.

Compete ao educador:

- 1 Reconhecer as crianças como cidadãos de direitos e deveres;
- 2 Executar atividades baseadas no conhecimento científico acerca do desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, consignadas na proposta político pedagógica;
- 3 Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação;
- 4 Desenvolver atividades objetivando o educar e o cuidar como eixo norteador do desenvolvimento infantil;
- 5 Assegurar que a criança matriculada na educação infantil tenha suas necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso atendidas de forma adequada;
- 6 Propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia;
- 7 Implementar atividades que valorizem a diversidade sócio-cultural da comunidade atendida e ampliar o acesso aos bens sócio-culturais e artísticos disponíveis;
- 8 Elaborar e executar suas atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, sem discriminação alguma;
- 9 Colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade;
- 10 Colaborar no envolvimento dos pais ou de quem os substitua no processo de desenvolvimento infantil;
- 11 Interagir com demais profissionais da UMEI, para construção coletiva do projeto político pedagógico;
- 12 Conhecer as especificidades e necessidades desta faixa etária;
- 13 Reconhecer criança como sujeito competente, que possui conhecimentos e experiências que devem orientar o trabalho pedagógico;
- 14 Perceber, compreender e significar as ações das crianças;

- 15 Atentar para observação, avaliação e registro;
- 16 Reconhecer a família como parceira no cuidado e educação das crianças;
- 17 Compreender e trabalhar com as diferenças;
- 18 Ser um profissional investigador e pesquisador;
- 19 Planejar e encaminhar a avaliação processual de modo a permitir o acompanhamento da aprendizagem dos alunos;
- 20 Registrar os atrasos na chegada das crianças;
- 21 Refletir e avaliar sua prática profissional, buscando aperfeiçoá-la;
- 22 Comparecer pontual e assiduamente à escola, mantendo em todos os ambientes e em sala de aula a ordem e a disciplina, comprometendo-se com os processos pedagógicos;
- 23 Elaborar e executar o planejamento pedagógico contemplando o conteúdo dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 24 Comunicar à vice-direção e/ou ao coordenador pedagógico, bem como à família do aluno (através do registro na agenda individual da criança), os incidentes que, pela sua gravidade, requeiram providências especiais;
- 25 Registrar por escrito na agenda individual do aluno todas as informações sobre o dia-a-dia escolar do aluno do turno integral;
- 26 Entregar, pontualmente, relatórios e materiais pedagógicos solicitados;
- 27 Tratar com urbanidade e respeito os colegas de trabalho e os alunos;
- 28 Zelar pelo patrimônio da escola, particularmente de sua área de atuação, preocupando-se pela conservação e organização de bens e pelo uso do material colocado à sua disposição;
- 29 Guardar sigilo sobre assuntos reservados que envolvam ou possam envolver pessoas e autoridades nos planos administrativos e pedagógicos;
- 30 Desenvolver suas atividades de acordo com a programação aprovada e empenhando-se pela constante qualificação ao processo ensino-aprendizagem;
- 31 Cooperar com os superiores imediatos na solução de problemas da administração da escola;
- 32 Manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe;
- 33 Apresentar nos prazos hábeis todas as escritas escolares sob sua responsabilidade;
- 34 Participar, colaborar na organização e execução de atividades de caráter

- cívico, social e cultural, promovidos pelo seu centro de trabalho, orientando, incentivando e, quando necessário, acompanhando a sua turma;
- 35 Cumprir e fazer cumprir os horários, cronogramas e calendários escolares;
 - 36 Desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade, integrando-se na vida da escola e da comunidade;
 - 37 Avisar, com antecedência, sempre que possível, quando não puder cumprir seu horário de trabalho e, deixar sempre uma atividade para ser aplicada nas turmas com a coordenação. (Apresentar atestado médico, quando a falta for por motivo de doença. A partir do segundo atestado do mês ou quando o atestado for de mais de um dia, esse deve ser apresentado a perícia médica, que pode ser agendada pelos telefones: 3277-9441 / 3277-9440 / 3277-9439);
 - 38 Solicitar, previamente, à coordenação, o uso de espaço físico ou qualquer recurso extra a ser utilizado em suas aulas;
 - 39 Orientar especificamente alunos com dificuldades;
 - 40 Solicitar à coordenação a presença dos pais à escola, quando necessário, bem como atendê-los, quando solicitado;
 - 41 Aguardar em sala, juntamente com os alunos, a liberação por parte da coordenação, para a saída da escola fora do horário habitual;
 - 42 Desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhe forem atribuídas;
 - 43 Participar dos momentos de formação criados pela escola e proporcionados pela SMED/GERED.

Compete ao auxiliar de secretaria:

- 1 Participar da elaboração do planejamento dos trabalhos de secretaria da UMEI junto com o Secretário Escolar e a Direção;
- 2 Executar as tarefas necessárias à consecução dos objetivos do planejamento dos trabalhos de secretaria, coordenadas pelo Secretário Escolar ou pela Direção;
- 3 Atender a comunidade escolar prestando-lhes informações e expedindo documentos da escrituração escolar;
- 4 Efetivar a escrituração e registros escolares, mantendo-os atualizados e ordenados, garantindo a sua fidedignidade e o seu adequado arquivamento;
- 5 Colaborar em programações que promovam a agilização de serviço interno e externo, organização e manutenção dos arquivos, bem como da

- informatização dos trabalhos da secretaria;
- 6 Utilizar com zelo o material da secretaria, guardando-o e mantendo-o em condições de utilização permanente;
 - 7 Manter sigilo em relação à documentação dos alunos e dos profissionais da UMEI, primando pela ética em todos os procedimentos da secretaria;
 - 8 Participar dos cursos de atualização e aperfeiçoamento promovidos pelos órgãos de formação da Prefeitura de Belo Horizonte;
 - 9 Organizar a documentação de modo a permitir a verificação da qualificação profissional do corpo de direção, coordenadores e docentes;
 - 10 Elaborar relatórios relacionados à frequência dos alunos e correspondências;
 - 11 Atualizar-se quanto à legislação escolar;
 - 12 Atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
 - 13 Manter atualizada toda documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
 - 14 Atender a comunidade escolar com competência, educação e qualidade;
 - 15 Desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhes forem atribuídas, necessárias à boa prestação dos serviços educacionais.

Compete a auxiliar de escola:

- 1 Coordenar as auxiliares de serviços;
- 2 Receber os gêneros de alimentação e limpeza;
- 3 Controlar a merenda;
- 4 Observar o cardápio de merenda e adequação dos alimentos recebidos pela UMEI;
- 5 Controlar e distribuir os materiais de limpeza;
- 6 Realizar entrada dos alunos (recepção no portão e encaminhamentos);
- 7 Realizar serviços de mecanografia.

Auxiliar de serviços gerais

Os serviços de higiene, limpeza e conservação do prédio da UMEI Aarão Reis são realizados pelos auxiliares de serviços. Cada funcionário se responsabiliza por parte dos serviços. A divisão do trabalho é estabelecida pela vice-direção da UMEI.

Compete a auxiliar de serviços gerais:

- 1 Usar condignamente uniforme próprio do trabalho;
- 2 Varrer pátios, quadra, parquinhos, salas e corredores;
- 3 Limpar pó das carteiras e móveis;
- 4 Limpar bebedouros e pias;
- 5 Limpar instalações sanitárias;
- 6 Limpar com pano úmido e/ou lavagem dos pisos das instalações;
- 7 Recolher os lixos e coloca-los em local adequado, bem como de sua liberação;
- 8 Ordenar as carteiras e móveis;
- 9 Comunicar à vice-direção sobre entupimentos de pias, vasos e ralos, vazamento em válvulas e chuveiros, lâmpadas e chuveiros queimados, e defeitos na rede elétrica;
- 10 Limpar as portas, vidraças, janelas, cantos, tetos e paredes;
- 11 Lavar as salas e ambientes azulejados;
- 12 Executar serviços de lavanderia, lavando e passando as roupas de cama e banho do turno integral, aventais das educadoras, roupas de empréstimo às crianças, panos de limpeza, etc;
- 13 Limpar os materiais e brinquedos;
- 14 Organizar os colchões com lençóis para a “hora do sono” dos alunos do integral;
- 15 Arrumar os berços;
- 16 Auxiliar a distribuição dos alimentos no refeitório;
- 17 Limpar e repor os materiais do fraldário;
- 18 Solicitar os materiais necessários à execução de suas atividades;
- 19 Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.

Compete a auxiliar de cozinha:

- 1 Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;
- 2 Receber, conferir, avaliar e armazenar os alimentos enviados à instituição pela prefeitura municipal;
- 3 Preparar e servir as refeições diárias dos alunos;
- 4 Seguir o cardápio diário enviado pela acompanhante de merenda escolar;

- 5 Limpar e conservar os utensílios e espaço da cozinha, lactário e despensa;
- 6 Preparar a alimentação exclusiva do berçário (mamadeiras, papinhas, etc);
- 7 Esterilizar diariamente os utensílios do berçário (mamadeiras e bicos);
- 8 Solicitar os materiais necessários à execução de suas atividades.
- 9 Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.

Porteiro

A portaria é um setor de recepção. O porteiro deve ter atenção e atitudes que de fato realizem na Unidade os necessários serviços de recepção, orientação, comunicação, controle e vigilância.

Compete ao porteiro:

- 1 Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;
- 2 Abrir o portão nos horários de entrada e saída dos turnos;
- 3 Encaminhar e acompanhar os pais e/ou responsáveis pelas crianças à vice-direção e/ou coordenação em casos de atrasos superiores à tolerância na entrada dos turnos;
- 4 Tratar todas as pessoas com respeito e objetividade;
- 5 Autorizar e observar atentamente a entrada de pessoas e sua movimentação no recinto;
- 6 Evitar aglomerações e encaminhar providência para a ordem do local;
- 7 Receber e encaminhar devidamente comunicações ou notícias vindas do exterior;
- 8 Encaminhar e acompanhar as pessoas para o devido atendimento;
- 9 Receber toda correspondência encaminhado-a diretamente a secretaria escola;
- 10 Vigiar e controlar a entrada e saída de alunos e pais;
- 11 Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.
- 12 Manter o portão trancado, exceto nos horários de entrada e saída dos turnos;
- 13 Manter-se junto ao portão.

Compete ao vigia noturno:

- 14 Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;
- 15 Zelar pela segurança noturna do prédio da UMEI Aarão Reis;
- 16 Acionar e desligar o alarme noturno de segurança;
- 17 Registrar eventuais acontecimentos que ocorram durante o turno de trabalho;
- 18 Solicitar o emprego da Força Pública Estadual e/ou Municipal em situação de anormalidade.

Guarda municipal

Tem a função de preservar o patrimônio do município, ao garantir a segurança de servidores e cidadãos usuários em instalações e serviços municipais, no caso a UMEI Aarão Reis.

Compete ao guarda municipal:

- 2 Proteger a escola enquanto patrimônio público;
- 3 Exercer a atividade de orientação e proteção dos funcionários e usuários da UMEI Aarão Reis;
- 4 Garantir a preservação da segurança e da ordem da instituição;
- 5 Atuar com prudência, firmeza e efetividade, na sua área de responsabilidade, visando ao restabelecimento da situação de normalidade, precedendo eventual emprego da Força Pública Estadual;
- 6 Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho e do patrimônio da instituição;
- 7 Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade escolar;
- 8 Ser leal à instituição;
- 9 Tratar com zelo e urbanidade a comunidade escolar.

PARÂMETROS DE ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE CRIANÇAS E A RELAÇÃO PROFESSOR/CRIANÇA

A UMEI atende a 14 (quatorze) turmas de Educação Infantil, que se dividem em quatro turmas no período integral, cinco turmas no parcial pela manhã e mais cinco turmas no parcial à tarde. Salientamos que o berçário funciona no mesmo espaço para atender às duas turmas.

TURMA	FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	Nº DE EDUCADORAS	ÁREA DA SALA(M2)	ATENDIMENTO
Berçário	0 a 1 ano	06	01	37,67	Integral
Berçário	0 a 1 ano	06	01	37,67	Integral
Sala 1	1 a 2 anos	12	02	28,05	Integral
Sala 2	2 a 3 anos	16	02	28,05	Integral
Sala 3	3 a 4 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 4	4 a 5 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 5	4 a 5 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 6	5 a 5 anos e 8 meses	25	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 7	5 a 5 anos e 8 meses	25	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)

Devido à demanda do atendimento a comunidade, em alguns anos torna-se necessário a enturmação com agrupamento flexível. São agrupadas crianças com um ano de idade de diferença em uma mesma sala, devendo prevalecer às crianças com mais idade em maior número de alunos.

Na UMEI Aarão Reis a criança é concebida como sujeito ativo, protagonista do processo de aprendizagem que troca informações e constrói hipóteses, investiga, categoriza e organiza normas e limites. Desse modo, adota-se na UMEI Aarão Reis a prática da convivência e interação das crianças com seus pares de idade e de idades diferenciadas. O professor deve intervir e atuar como mediador nessas interações para ampliar a construção do conhecimento.

ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A escola funciona em sede própria, e foi projetada de acordo com a idade das crianças que atende. Assim, a estrutura física da UMEI Aarão Reis, possui um espaço bem estruturado, dividido e equipado. O espaço físico que ela propicia aos alunos é alegre, com muita área verde, limpo, organizado, agradável, e diversificado em seus ambientes, e é dividido em dois blocos interligados.

Sabe-se que para se obter uma educação de qualidade é necessário contar com uma estrutura física que possibilite um bom trabalho, um ambiente acolhedor para alunos, profissionais e pais, uma equipe administrativa pedagógica e um corpo

docente competente que estejam sempre abertos a mudanças, a fim de que todos juntos possam alcançar a verdadeira função da educação.

Segue abaixo a composição dos espaços físicos, das instalações e dos equipamentos:

Cinco salas do parcial:

- 1 Cadeiras e mesas tamanho infantil na quantidade de alunos, cadeira tamanho adulto, armários, prateleiras, quadro negro, painéis de feltro, lavabo, porta papel toalha, filtro, aparelho de som portátil (aguardando para serem instalados), caixas com brinquedos, grade proteção de porta, lixeira.

Duas salas do integral:

- 2 Quatro cadeiras e uma mesa tamanho infantil, armários, prateleiras, quadro negro, quadro branco pequeno, painéis de feltro, lavabo, porta papel toalha, filtro, aparelho de som, caixas com brinquedos, cabideiros com tolhas, velotróis, colchonetes, grade proteção de porta, lixeira.

Berçário:

- 3 Doze berços com colchões, dois sofás individuais, prateleiras, persiana, parede com vidro (que diminui os sons externos) com visualização para o fraldário.

Sala de atividades anexa ao berçário:

- 4 Prateleiras, balcão, quadro branco, aparelho de som, lavabo, porta papel toalha, filtro, sofá de alvenaria, parede com vidro com vidro (que diminui os sons externos) com visualização para o lactário, caixas com brinquedos, toca de bolina, tapetes acolchoados e de EVA, dez carrinhos de bebês, lixeira.

Área externa anexa a sala de atividades:

- 5 Cavalinhos de balanço, castelinho com escorregador.

Fraldário:

- 6 Balcão com colchonete, armários, banheiras, tanque, prateleira, espelho, chuveiro, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, descartador de

fraldas, descartador de fezes, cabideiros com tolhas, produtos de higiene e segurança a saúde dos bebês e educadoras.

Lactário:

7 Fogão, geladeira, armários, pia dupla, lixeira, balcão, utensílios de cozinha, utensílios específicos para os bebês.

Espaço adaptado próximo ao lactário:

8 Dez cadeiras de alimentação, duas cadeiras infantis.

Corredor interno:

9 Quatro armários com escaninhos, armário com balcão, dois armários embutidos de uso escolar (papéis, colas, grampos, tintas, etc).

Sala dos professores:

10 Mesa de reunião, cadeiras, fotocopiadora, duplicadora, dois computadores, painel azulejado, circulador de ar.

Sala Multiuso:

11 Armários embutidos, armário de aço, parede espelhada, lavabo, filtro, porta papel toalha, circuito de espuma, túneis de lona, livros, duas televisões, dois aparelhos de DVD, aparelho de vídeo, fitas de vídeos, DVDs, fantoches, fantasias, jogos pedagógicos, caixa com brinquedos diversos, toca com bolinhas, documentos escolares arquivados, amplificador de som.

Banheiros dos alunos do integral:

12 Banheiro feminino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas, dois chuveiros individualizados por paredes, tapetes antiderrapantes, banco de alvenaria forrado com tapete antiderrapante.

13 Banheiro masculino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas, dois chuveiros individualizados por paredes, tapetes antiderrapantes, banco de alvenaria forrado com tapete antiderrapante.

Secretaria:

14 Dois arquivos, balcão, computador, telefone/fax, lixeira, quadro de chaves, acionador do alarme de segurança, banner da UMEI, máquina de plastificação.

Diretoria:

15 Mesas, cadeiras, armários, computador, servidor da rede de computadores, utensílios de escritório, filmadora, máquinas fotográficas, caixa de primeiros socorros, aparelho de som portátil, microfones, chaves reservas, documentos arquivados, impressora, quadro de cortiça, circulador de ar.

Saguão:

16 Bebedouro, mesa grande, dois bancos, trio de cadeiras, mesa infantil com quatro cadeiras, três brinquedos aramados.

Banheiros dos funcionários:

17 Banheiro feminino: lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, vaso sanitário, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico, lixeira.

18 Banheiro masculino: lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, vaso sanitário, lixeira.

Área de serviço:

1 Armários, tanques, balcão, máquina de lavar roupa, varal, ferro de passar roupa, materiais de higiene, vestuário infantil para empréstimo, roupas de cama, mesa e banho, vassouras, rodos, utensílios de lavanderia.

2 Vestiário e banheiro: armários com escaninhos, prateleiras de aço, lavabo, espelho, porta papel toalha, porta sabonete, porta papel higiênico, vaso sanitário, chuveiro.

Dispensa:

3 Geladeira, freezer, prateleiras, alimentos armazenados.

Cozinha:

- 4 Fogão industrial, prateleiras, mesa, pias, balcão, utensílios de cozinha, parede com janela anexa ao refeitório para distribuição dos alimentos, lixeira, mini-sala anexa para armazenamento de vasilhames.

Refeitório:

- 5 Cinco mesas grandes, dez bancos, lavabo, porta sabonete, porta papel toalha, bebedouros, mesa de apoio, lixeira.

Almoxarifado:

- 6 Prateleiras, materiais de limpeza, utensílios para limpeza.

Área externa:

- 7 Próxima às salas do integral: Cercas de ferro, árvore, flores, corredor dividido com portões de grade, acesso as salas 1 e 2 do integral, à sala de multiuso e ao almoxarifado, brinquedo - castelo de plástico grande com escorregador.
- 8 Parquinho 1: grandes bancos de alvenaria, casinha de madeira e cordas com escorregador e subida em cordas, castelo de plástico grande com escorregador, espaço azulejado próprio para banho de verão, jardim, árvores, área gramada, lixeira, depósito de gás de cozinha, acesso à área de serviços, à cozinha, ao subsolo onde ocorre a distribuição de água da UMEI, ao portão e ao pátio em frente às salas do parcial.
- 9 Pátio em frente às salas do parcial: corredor de acesso às salas do parcial e aos banheiros infantis, feminino e masculino do parcial, muro azulejado para pintura, espaço de acomodação dos velotróis, casinha de alvenaria, área livre cimentada, jardins, árvores, lixeiras de coleta seletiva, bebedouros, acesso ao refeitório e ao corredor interno, portão de entrada.
- 10 Próxima às salas do parcial: corredor de acesso às salas do parcial por trás, duas pequenas salas que funcionam como depósito para mobiliário estragado, rampa de acesso ao parquinho 2.
- 11 Parquinho 2: mini-arena de teatro, mini-quadra, banco de alvenaria, brinquedos de plástico – trave de gol e cesto de basquete, bebedouro, árvores, grande área gramada, postes de iluminação e uma torneira.

Banheiros dos alunos do parcial:

- 19 Banheiro feminino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas; vestiário individualizado por paredes e porta com encanamento para chuveiro e banco de alvenaria; banheiro adequado para deficientes físico: vaso sanitário individualizado por paredes e porta, lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico.
- 20 Banheiro masculino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas; vestiário individualizado por paredes e porta com encanamento para chuveiro e banco de alvenaria; banheiro adequado para deficientes físico: vaso sanitário individualizado por paredes e porta, lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico.

REGIME DE FUNCIONAMENTO A ROTINA DA UMEI

A UMEI Aarão Reis percebe a rotina como uma estrutura sobre a qual está organizado o tempo de trabalho em prol do desenvolvimento das crianças e com as crianças. Um regime de funcionamento bem organizado permite que todos os profissionais envolvidos se sintam em condições de gerenciar suas práticas, organizando tempos e espaços. Bem como, uma rotina estruturada orienta a criança, fazendo com que se sinta mais segura, ajudando-a a desenvolver valores como responsabilidade, cooperação e disciplina, além de contribuir para estruturação do pensamento e a construção da noção espaço-temporal.

Os horários e atividades abaixo relatados constituem a organização geral do funcionamento da UMEI Aarão Reis:

6:00 horas:

- .1 Início do turno de trabalho do porteiro;
- .2 Saída do vigia noturno;
- .3 Chegada de uma auxiliar de cozinha e duas auxiliares de serviços gerais.

7:00 horas:

- .1 Chegada de mais duas auxiliares de serviços gerais;
- .2 Chegada das educadoras e coordenadora do turno;
- .3 Entrada das crianças do integral e parcial do 1º turno;
- .4 Acolhida dos alunos do horário parcial no pátio interno, com música, pelas educadoras;
- .5 Acolhida dos alunos do horário integral em suas respectivas salas, pelas educadoras.

7:15 horas:

- .1 Término do horário de tolerância para entrada dos alunos;
- .2 Início do café da manhã dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O café é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 15 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento na própria sala.

7:20 horas:

- .1 Início de atendimento aos pais pela coordenação.

8:00 horas:

- .1 Chegada da vice-diretora;
- .2 Chegada da auxiliar de secretaria;
- .3 Início de atendimento externo de secretaria;
- .4 Chegada de duas auxiliares de cozinha;
- .5 Chegada do guarda municipal.

8:30 horas:

- .1 Chegada de duas educadoras do turno intermediário.

9:00 horas:

- .2 Chegada de três auxiliares de serviços gerais;
- .3 Horário em que os alunos do integral tomam suco ou comem uma fruta, na

própria sala de aula.

10:00 horas:

- 4 Chegada de uma educadora do turno intermediário;
- 5 Início do almoço dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O almoço é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 20 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento em um espaço adaptado com cadeiras adequadas para alimentação dos bebês. Este espaço fica próximo à sala do berçário;
- 6 Após o almoço cada turma volta para a sala e faz a escovação dos dentes de cada criança.

10:30 horas:

- 1 Hora do sono. Início do descanso dos alunos das salas 1 e 2. Cada criança, em suas respectivas salas, se deita em um colchonete forrado com lençol individual. Esse momento é permeado com fundo musical para estimular a tranquilidade e o sono.

11:10 horas:

- 7 Abertura do portão para entrada dos pais. Esses se organizam em filas, próximos à sala de seu filho (a) para recebê-lo (la).

11:20 horas:

- 8 Saída dos alunos. A liberação dos alunos é feita mediante a apresentação da carteira individual de identificação de cada criança. Caso o responsável não apresente a carteira para a educadora, o mesmo é encaminhado à coordenação para que seja feito um registro de liberação, após a confirmação de dados e informações, que autorize a retirada da criança.

11:30 horas:

- 6 Chegada de uma educadora do turno intermediário;
- 7 Saída das educadoras e coordenadora do turno.

<p>12:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .8 Saída da vice-diretora para almoço; .9 Horário das crianças alunos do berçário tomarem suco.
<p>12:30 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .10Chegada de uma educadora do turno intermediário.
<p>13:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .11Chegada das educadoras e coordenadora do turno; .12Entrada das crianças do parcial do 2º turno; .13Acolhida dos alunos do horário parcial no pátio interno, com música, pelas educadoras; .14Saída de duas educadoras do turno intermediário; .15Saída de uma auxiliar de serviços gerais.
<p>13:15 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .3 Término do horário de tolerância para entrada dos alunos.
<p>13:20 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .2 Início de atendimento aos pais pela coordenação.
<p>13:30 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .4 Início do lanche dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O lanche é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 10 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento na própria sala.
<p>14:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> .6 Retorno da vice-diretora; .7 Término do atendimento externo da secretaria; .8 Saída da auxiliar de secretaria.

14:30 horas:

- .1 Saída de uma educadora do turno intermediário.

15:00 horas:

- .4 Saída de uma auxiliar de cozinha e duas auxiliares de serviços.

15:40 horas:

- .9 Início do jantar dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O jantar é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 20 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento em um espaço adaptado com cadeiras adequadas para alimentação dos bebês. Este espaço fica próximo à sala do berçário;
- .10 Após o jantar cada turma volta para a sala e faz a escovação dos dentes de cada criança.

16:00 horas:

- .1 Saída de um auxiliar de serviços gerais;
- .2 Saída de uma educadora do turno intermediário.

17:00 horas:

- .3 Saída de duas auxiliares de cozinha;
- .4 Saída de uma educadora do turno intermediário.

17:10 horas:

- .11 Abertura do portão para entrada dos pais. Esses se organizam em filas, próximos à sala de seu filho (a) para recebê-lo (la).

17:20 horas:

- .12 Saída dos alunos. A liberação dos alunos é feita mediante a apresentação da carteira individual de identificação de cada criança. Caso o responsável não apresente a carteira para a educadora, o mesmo é encaminhado à coordenação para que seja feito um registro de liberação, após a confirmação

de dados e informações que autorize a retirada da criança.

17:30 horas:

.16 Saída das educadoras e coordenadora do turno.

18:00 horas:

- .17 Encerramento do funcionamento da instituição;
- .18 Chegada do vigia noturno;
- .19 Saída de três auxiliares de serviços gerais;
- .20 Saída do guarda municipal;
- .21 Saída do porteiro;
- .22 Saída da vice-diretora.

Observação: Os funcionários com jornada de trabalho de oito horas por dia usufruem uma hora de almoço em horários alternados, exceto a vice-diretora e o guarda municipal que possuem duas horas de almoço, devido ao horário de entrada e saída.

Em cada turma faz-se necessária a construção de uma rotina mais específica, que leva em consideração a identidade de cada grupo e o planejamento da educadora. O aconselhável é que a rotina seja planejada com os alunos, no primeiro momento da aula, pois, quando se sabe o que o espera, ou o que vai fazer no dia, o aluno fica mais seguro e realiza melhor suas tarefas, podendo melhor avaliar cada uma. Uma rotina diária e uma rotina semanal contribuirão para uma melhor organização do planejamento do professor.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado. (Dilvo Ristoff, 1995)

Procedimentos adotados na UMEI Aarão Reis

Observação

A observação de forma sistemática e/ou formal permite ao professor conhecer melhor seu aluno (nas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras...) analisar seu desempenho nas atividades dentro e fora da sala de aula e compreender seus avanços e dificuldades, ajudando-o no processo de aprendizagem.

Registro

É um processo fundamental que permite ao professor acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno de maneira crítica e reflexiva. As formas de registro da UMEI Aarão Reis são:

- **Ficha avaliativa:** é um instrumento que visa dar informações tanto para o aluno quanto para sua família do desenvolvimento apresentado pela criança no seu processo educativo, sob o ponto de vista de todas as pessoas envolvidas com o seu desenvolvimento. São inúmeros tópicos que descrevem o desenvolvimento esperado, que são marcados por siglas de acordo com a evolução de cada um. Este instrumento é preenchido pelos educadores, o qual é entregue à família nas reuniões de pais ao final de cada semestre e outra cópia é afixada no Diário de Classe.
- **Portfólio:** outro instrumento avaliativo sugerido ao grupo de educadores da UMEI Aarão Reis. Pois, esse possibilita a construção de conhecimentos no processo ensino – aprendizagem. É uma forma diagnóstica e contínua de acompanhamento e avaliação de um trabalho desenvolvido, onde se pode verificar e problematizar hipóteses em variadas situações.
- **Diário de bordo:** são anotações periódicas sobre acontecimentos significativos no cotidiano escolar de cada criança. Essas anotações são feitas pelas educadoras.
- **Caderno ou coletânea de atividades:** é a coleta de exercícios e produções dos alunos, datadas e com algumas observações rápidas do professor. Essa coleta serve como referência histórica do desenvolvimento do aluno e do grupo.
- **Diário de Classe:** é constituído de relatório inicial da turma, intenções educativas para o ano, freqüência, registro dos conteúdos disciplinares desenvolvidos ao longo do processo e a ficha individual.

Com a utilização desses instrumentos o processo avaliativo desempenha uma importante função, pois a observação constante permitirá melhor atuação do educador e do educando, a avaliação redimensiona objetivos e estratégias em relação aos conteúdos e ao educando que é nosso maior tesouro. Assim, o processo avaliativo será contínuo e deve exercer também função diagnóstica para o acompanhamento e desenvolvimento do aluno respeitando as diferenças individuais.

O ATENDIMENTO À CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão social é realidade nas escolas regulares. Para o atendimento real destes alunos, o professor necessita, de acordo com o grau de deficiência da criança, do apoio de outros profissionais que possam amparar, inserir mediante capacidade e direcionar essa criança nas atividades propostas. A interação do grupo de educadores que atende esse aluno é que viabilizará a avaliação do processo de aprendizagem. É claro que, dentro das capacidades possíveis, observando laudos médicos, inteirando-se com profissionais específicos é que será construída essa avaliação com suas individualidades. É partindo das potencialidades desses alunos que será feita a avaliação. Contando-se sempre com o apoio e orientação da família.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A escola deve reconhecer a importância da família na constituição do sujeito, sem, no entanto, considerá-la como única determinante dessa constituição. O trabalho junto às famílias deve questionar a atribuição das causas dos problemas e avanços na aprendizagem à dinâmica familiar.

A participação da família acontece durante todo o processo, tendo em vista que o acesso às salas de aula, as apresentações culturais, os atendimentos individuais e reuniões de pais são práticas reais que acontecem nessa instituição.

OBJETIVOS E PERIODICIDADE DAS REUNIÕES COM PAIS

Parte-se do princípio que família e escola dividem uma mesma tarefa em relação à criança: o educar. Portanto, esses dois ambientes devem assumir uma parceria estabelecendo um objetivo comum, que é o de formar uma pessoa melhor para a sociedade, um verdadeiro cidadão.

A equipe da UMEI Aarão Reis precisa conhecer a história da criança, a fim de intervir de forma adequada, pois a bagagem que a criança traz consigo influencia a sua forma de construir novos conhecimentos. A história da criança abrange o ambiente familiar, formas de relacionamento, valores, crenças, recursos disponíveis, entre outros aspectos. Dessa forma a participação da família na UMEI é considerada imprescindível como elemento enriquecedor do processo educativo.

A família também precisa ter acesso ao trabalho desenvolvido pela UMEI, para poder avaliá-la dentro de suas expectativas e objetivos e estabelecer uma conduta em relação ao filho, que seja harmoniosa nos dois ambientes. Essas “trocas” entre a UMEI e a família, a respeito de posturas e do trabalho realizado com a criança nos dois espaços, são muito importantes, pois ampliam o conhecimento sobre a criança e seu desenvolvimento, contextualizando educação.

Na UMEI, organizam-se espaços para que a interação família/escola aconteça, tendo sempre em vista o respeito aos limites e funções de cada segmento, e o compromisso de uma participação construtiva. Só assim, tem sido possível trabalhar e vencer as dificuldades intrínsecas a essa interação.

Para conseguir a incorporação dos pais como membros ativos do projeto educacional, trabalha-se em três planos:

FORMAÇÃO/INFORMAÇÃO

Realiza-se através de uma ampla informação sobre todos os aspectos que se relacionam com a UMEI.

Logo que se inicia o ano letivo os pais são convocados para uma reunião informativa sobre questões administrativas, a concepção de educação infantil e o projeto educativo adotado pela UMEI Aarão Reis. Neste dia entrega-se o “kit escolar, a agenda escolar e a mochila”, que são enviados pela prefeitura, para proporcionar a todos os alunos melhores condições escolares. Os pais que quiserem podem realizar uma visita a todas as instalações da UMEI, para conhecimento do seu espaço físico, desde que acompanhado por um funcionário da equipe.

Depois que as turmas estão organizadas e as crianças integradas ao novo ambiente, são realizadas as reuniões de turmas, com a participação das educadoras e coordenadoras. Essas reuniões estão programadas no calendário pedagógico anual para o início e final de cada semestre, podendo acontecer extraordinariamente

em função das necessidades de cada turma ou de cada criança.

As reuniões têm como objetivo:

- 1 Informar sobre os projetos que serão desenvolvidos, a metodologia que será empregada, as atividades que serão realizadas e a participação dos pais nessas atividades. Também são informadas as normas de funcionamento e a rotina diária.
- 2 Avaliar as atividades anteriores e sua repercussão na família (no caso da primeira reunião do semestre se avalia o período de adaptação e busca conhecer as expectativas da família).

INTERVENÇÃO/PARTICIPAÇÃO

Os pais são convidados a participarem dos projetos pedagógicos, das excursões, eventos e festas da UMEI, contribuindo com suas presenças, experiências e conhecimentos.

A equipe pedagógica está construindo um projeto futuro que tem como objetivo principal promover periodicamente palestras sobre temas de educação, e realizar anualmente um encontro de pais e educadores, com a participação ativa da família.

AVALIAÇÃO/REFLEXÃO

A partir de uma participação efetiva no processo educativo de seus filhos, os pais têm condição de entender e avaliar com segurança o trabalho desenvolvido. Dessa forma, a avaliação feita pelos pais constitui um instrumento indispensável para o planejamento e a realização de novas experiências.

Compartilhar a educação do filho com a escola implica compartilhar os sucessos e dificuldades que se apresentam e, acima de tudo, transformar o trabalho em colaboração mútua. Sem dúvida, há que se diferenciar responsabilidades da escola e responsabilidades da família, mas os papéis só se construirão a partir do exercício cotidiano do dialogar.

2. PLANO DE AÇÃO

INTODUÇÃO

Este **Plano de Ação** que hora apresentamos, teve o seu início de formulação, durante a disciplina Analise Critica da Prática Pedagógica- ACPP, ministrada pelo professor José Raimundo Lisboa da Costa. A disciplina , ainda em andamento, se baseia em reflexões a partir dos memoriais escritos pelas cursistas: Maria Aparecida de Castro da Mata, Idéosa Alves do Carmo Cardoso e Edilene Lopes de Almeida educadoras da Unidade Municipal de Educação Infantil- UMEI Aarão Reis e Lílian Geralda de Oliveira, educadora da Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI Betinho, alunas do curso de Pós graduação especialização História da África “Lato sensu”, (LASEB), Faculdade de Educação (FAE) Universidade Federal de Minas Gerais (/UFMG) iniciado em agosto de 2009.

O memorial, ponto de partida e chegada, da disciplina ACPP, é concebido como uma espécie de autobiografia formativa, configurando-se, portanto, como uma narrativa simultaneamente **histórica e reflexiva**, escrito sob a forma **descritiva, histórica, analítica, crítica e propositiva**. Ou seja, o memorial, como registro elaborado pelas cursistas, procurará dar conta dos **fatos e acontecimentos** que constituíram (e constituem) a trajetória acadêmica - profissional de seus autores.

Portanto, os **memoriais** dos cursistas serviram de referência para as reflexões que foram desenvolvidas e que ainda serão desenvolvidas. O nosso grupo passou pelo processo de reescrita dos memoriais e a partir da implementação deste **plano de ação**, as reflexões que estão sendo elaboradas em função das práticas pedagógicas, serão posteriormente, inseridas no memorial que ainda se encontra em elaboração contínua, até que encerre o curso.

JUSTIFICATIVA

Este **Plano de Ação** tem por objeto central lançar um olhar sobre a diversidade étnico-racial brasileira. Vale ressaltar que a desigualdade não se reflete apenas nos indicadores sociais ou nos desníveis de renda: essa é a expressão mais evidente e uma discriminação mais profunda: a desvalorização, desumanização e

desqualificação, ou no reconhecimento simbólico das tradições, saberes e fazeres do povo afro-descendente.

Acreditamos na formação e educação das crianças como agente transformador da sociedade, portanto, nosso papel principal é possibilitar que se tornem cidadãos plenos no exercício de sua cidadania, na construção de uma sociedade melhor.

Portanto, este **Plano de Ação** se justifica, pelo fato de nos comprometermos com determinados encaminhamentos reflexivos que buscarão valorizar as especificidades inerentes às diversas etnias; estimular a percepção do coletivo de alunos (as) em relação às diferenças físicas existentes entre as pessoas e o respeito de uns pelos outros, independentemente do grupo étnico a que cada um pertença. Proporcionar às crianças informações sócio-culturais que lhes possibilitem ter um conhecimento da nossa história, valorizando sua identidade cultural, qualificando o exercício de uma cidadania crítica e combativa, que seja exercida não só para direitos, mas também para deveres na constituição de uma sociedade, mais justa, digna e igualitária.

OBJETIVOS:

Geral:

Apresentar a Lei 10.639\03, propondo metodologias para sua divulgação e implementação no espaço da educação.

Específicos:

- 1 Propor novos valores e conhecimentos acerca da cultura afro-brasileira, refletindo e desconstruindo preconceitos culturais/raciais.
- 2 Valorizar do negro enquanto cidadão.
- 3 Refletir sobre a diversidade cultural brasileira.
- 4 Construir identidades raciais e de gêneros positivas.
- 5 Estimular o respeito às diferenças.
- 6 Desmistificar o conhecimento acerca da história da África e suas contribuições para o Brasil.

DESENVOLVIMENTO METODOLOGIA

Levantando dúvidas

Na escola começamos a sondar o que nossas colegas de trabalho sabiam sobre a lei 10.639/03. Nesse momento percebemos que somente uma minoria sabia e se interessavam por esta temática e a trabalhava em sala. Pensamos então, que para diagnosticar, quantificar e sistematizar essa impressão inicial seria necessário um levantamento investigativo junto aos educadores.

Elaboramos, portanto, com o auxílio do nosso orientador um questionário que aplicamos a quinze educadores, que visou sondar as formas e os níveis de implantação da lei 10.639/03 nas aulas dos professores de 1º e 2º ciclos da Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte.

A pesquisa contém as seguintes questões:

- Em sua escola há um Projeto Político Pedagógico (PPP)? Como foi a sua construção? Qual o seu eixo central?
- Em sua escola há algum movimento de inclusão da temática História da África e Cultura afro-brasileira nas práticas em sala de aula? Sim? Não? Em termos? Justifique sua resposta.
- Relativamente à questão “B”, em que caso afirmativo (inclusão) é possível dizer que ela se faz de modo a contemplar os princípios norteadores da lei 10.639/03?
- Descrever e analisar como você percebe o discurso e as práticas dos diversos professores de sua escola, no que se refere à inclusão da História da África e cultura afro-brasileira e africana no currículo da rede municipal de educação.
- Identificar, descrever e analisar, nos discursos e nas práticas dos professores e gestores das escolas, as percepções por eles elaboradas, referentes à institucionalização da obrigatoriedade de inserção de História da África e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.
- Quais as dificuldades e as possibilidades de se desenvolver experiências significativas no trabalho sobre a questão racial na sua escola?
- Uma situação é a militância do Movimento Negro, e outra mais específica, é o trato pedagógico das relações raciais em sala de aula. Quais as ações e características de cada uma das situações, suas contribuições e seus pontos comuns?

Dez questionários foram aplicados na UMEI Aarão Reis e cinco foram aplicadas na UMEI Betinho. Para facilitar o nosso trabalho, fizemos a leitura, análise e interpretação do conjunto das respostas, relativas à cada questão do questionário. Tendo como referências básicas as reflexões desenvolvidas pelos professores, chegamos a seguinte conclusão:

Análise dos resultados da pesquisa:

Podemos perceber que na UMEI Aarão Reis existe uma Proposta Política Pedagógica que o eixo central do projeto é a criança, como ser total, com direitos, deveres e membro de uma comunidade. Ela se encontra em fase de construção e conta com a participação de todo coletivo da escola.

Apesar de ter sido promulgada há sete anos, a História da África e Cultura afro-brasileira como obrigatoriedade na matriz curricular das escolas de nível fundamental e médio, públicas e privadas, podemos perceber que a lei 10.639/03 não é do conhecimento de todos e que o Projeto Político Pedagógico da escola não contempla os princípios norteadores da referida lei. Observam-se na UMEI Aarão Reis algumas atitudes isoladas, praticadas pelos professores que contemplam a inclusão da diversidade na educação, seja ela de gênero, etnia, religião, nacionalidade, raça, classe socioeconômica ou cultural.

Já na UMEI Betinho podemos perceber que o Projeto Político Pedagógico da escola ainda não foi construído ou consolidado, além de não fazer parte do conhecimento das educadoras o seu processo de construção. Algumas práticas contemplam a diversidade, mas, dificuldades em trabalhar com a lei 10.639/03 foi citada, pela grande maioria, por não conhecer a mesma.

Com base nas pesquisas, podemos concluir que falta aos professores, além de desejos, posturas e valores individuais (preconceitos e discriminações), materialidade que dificultam o sucesso da implementação da lei.

Observa-se que a incorporação da temática nos cursos de graduação, pode ser, entre outros, um caminho para se pensar em médio prazo na aplicação da lei nos espaços da educação, pois o que vemos até os dias de hoje está muito longe do ideal.

Diante de tais constatações, nós, educadoras da UMEI Aarão Reis e UMEI Betinho, atuais alunas da pós graduação do curso História da África e culturas Afro

Brasileira decidimos contribuir então para que a lei 10.639/03 seja divulgada, e que se lance outro olhar sobre a população negra em geral.

Estaremos incluindo nossas colegas professoras, pais e crianças nas discussões e atividades pertinentes a essa temática.

COMPARTILHANDO FORMAÇÃO E INFORMAÇÕES

Introdução

Tomar consciência de que o Brasil é um país multirracial e pluriétnico, reconhecer e aceitar que os negros também como outras etnias tem papéis de relevância para a sociedade brasileira é convergir para a educação das relações étnicas raciais.

Conforme expressa o Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) /Conselho Pleno (CP)3/2004, esta educação pode oferecer conhecimentos e segurança para negros orgulharem-se de sua origem africana, e para os brancos permitir que identifiquem as influências, as contribuições, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, de viver de se relacionarem com as outras pessoas.

É papel da escola criar instrumentos de uso permanente, via Projeto Político Pedagógico (PPP), Currículo e constituir um ambiente educativo acessível a todos, buscar eliminar preconceitos, estimular a auto-estima e promover a igualdade étnica racial.

Segundo Nilma Lino (2004 p. 105) se concordamos que a escola é um direito social, temos de avaliar seriamente se ela de fato tem sido assim para negros e brancos.

Combater o preconceito racial não é uma questão simplória. É preciso que a nossa história seja contada sem trauma nem rancor. O passado de preconceitos não pode refletir em um futuro de discriminações. Se ainda há o preconceito, a sociedade tem que ser educada. Faz-se necessário a devida conscientização do povo que a própria ciência já nos mostra e derruba a teoria arcaica das raças na espécie humana.

As diferenças étnicas, de crenças, religião e cultura, devem ser respeitadas e aceitas em sua essência desde que essas não transcendem os direitos humanos. A peculiaridade de cada povo deve ser entendida, para que possamos continuar com a

riqueza das múltiplas culturas existentes em nosso país.

Com a alteração da lei de diretrizes e bases da educação (LDB), incluindo através da lei 10639/03 a obrigatoriedade em âmbito nacional, a abordagem do conteúdo História da África e Cultura Afro Brasileira faz-se necessário reflexões e discussões pertinentes a essa lei no cotidiano da escola envolvendo (Diretores, coordenadores, professores, funcionários alunos e pais).

Essas reflexões são fundamentais para a construção da identidade negra, desconstrução da visão negativa sobre os africanos e seus descendentes que foi construída ao longo dos tempos no Brasil, para a promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

Porém tudo isso é possível mediante a busca pelos profissionais da educação de um suporte técnico e científico. Para efetivar essas ações, consideramos que se faz necessária a inclusão dessa temática nos cursos de graduação (Pedagogia e outros das Ciências Humanas), cursos de formação continuada para professores que estão atuando, além do envolvimento dos alunos e comunidade para que essa lei não fique somente no papel, mas seja mais um suporte legal, que nos auxilie a lidar com as questões acima citadas.

Justificativa

Em resposta as nossas indagações sobre o conhecimento que as nossas escolas tinham a respeito da trajetória de luta do Movimento Negro, para reconhecimento de sua diversidade e valorização de sua cultura, vimos que não só nossas famílias, mas toda a comunidade escolar detém hoje pouca informação acerca da temática.

Quando se trata da lei 10639/03, o conhecimento é ainda menor, como pudemos observar através das respostas ao nosso questionário investigativo feito no início do ano letivo. Notamos através de conversas informais e resultados da pesquisas aplicadas, que aquilo que estamos buscando como formação para trabalhar com as crianças é também desconhecido pela maioria das nossas colegas de trabalho.

Diante dessas desinformações incluiremos nossas colegas professoras, pais e crianças nas discussões e atividades pertinentes a essa temática estudada. Visando assim uma tomada de consciência capaz de repudiar atos discriminatórios, promovendo atitudes de respeito às diferenças.

Objetivos:

- Despertar o interesse dos educadores para as questões que envolvam o continente africano, apresentando a lei 10639/03, propondo metodologias para sua divulgação e implementação no espaço da educação infantil.
- Apresentar informações diversificadas a cerca do mesmo.
- Possibilitar discussões com o grupo de educadoras sobre etnia, raça e o papel da África na História dos brasileiros.
- Socializar o que aprendemos no curso, mantendo o compromisso com a prática pedagógica.
- Propor projetos e atividades que trabalhem a trajetória do negro, sua cultura e tradições trazidas para Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Uma educação anti-racista não só proporciona o bem estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileiras(Eliane Cavalleiro).

Em contato com a direção e coordenação divulgamos a proposta do nosso projeto, buscando possibilidades práticas para sua implementação. Conseguimos um espaço na sala dos professores, além de uma estante aberta onde fizemos a apresentação e divulgação do material que recebíamos no curso (apostilas, livros ou fontes bibliográficas), sendo permitido também um levantamento de todo o material que a escola dispunha pertinente à temática em questão. Até então, esse material ficava guardado em armários. Nessa estante iniciamos a fixação de cartazes de cunho “suspense” para despertar a curiosidade, além de descontrair o grupo para o início de nossas atividades

Ex: Cartazes:

“TEM NOVIDADE CHEGANDO...”

“ALGO NOVO ESTÁ PARA ACONTECER!”

“AGORA É LEI.”

Nos outros espaços da escola afixamos também cartazes para instigar a discussão: Cartazes com imagens de cidadãos brancos de sucesso, com frase do tipo:

“O que você observa nessas imagens?”

Íamos trocando esses mini- cartazes sempre, até que conseguimos divulgar a lei 10639/03 e expor sua obrigatoriedade, mesmo para aqueles que ainda não tinham por falta de tempo ou mesmo por pouco interesse, folheado o material colocado a disposição.

Na mesma estante colocamos todo acervo que a escola tem sobre o tema. (livros de literatura africana, sugestões de filmes, CDs de músicas com ritmo africano, documentários etc.)

Poemas de poetas angolanos, moçambicanos, tem sido, digitados e expostos, nos corredores e em outros espaços da instituição para serem apreciados por todos que ali circulam (profissionais, pais, responsáveis, prestadores de serviços). Passado alguns dias incluímos nos cartazes imagens de cidadãos negros e outras etnias demonstrando a diversidade da população brasileira.

Vale ressaltar que nesse momento tivemos dificuldades em encontrar imagens de negros, que não fossem no esporte, cenas policiais ou de pobreza.

Aos poucos o interesse e envolvimento de grande parte das educadoras da UMEI foi ampliando, o que nos levou a expandir nossas ações a um público igualmente especial: nossas crianças e suas famílias

3 - MINHA FAMÍLIA MINHA HISTÓRIA

Justificativa

Apesar de a escola ser hoje a segunda referência de socialização que a criança tem, não podemos esquecer que é no seio da família que tudo começa.

Kaloustian(1988:65) trata desse assunto enfatizando a família como garantia de sobrevivência e proteção de seus membros e afirmando que: A família é o grupo primeiro que nos possibilita apropriarmos dos valores e conhecimentos de nossa cultura.

Sendo assim como relatamos nesse texto, a família também será convidada a participar das atividades, pois o nosso público são crianças na faixa etária de um a cinco anos e oito meses em média, maioria negros e pardos. Sabemos da dificuldade de se afirmar enquanto negro dentro de um modelo social excludente, está, portanto a nossa responsabilidade de acolher, apresentar e interrogar o mundo junto a essas crianças, abandonando nossos preconceitos nos tornando modelos positivos para elas.

Segundo Vasconcelos e Rossetti-Ferreira (2004, p.123), ao interagir com as crianças- instruindo, apontando e representando-os adultos estão promovendo-lhes, também, o desenvolvimento.

Educar para a paz é conhecer os preconceitos geradores de conflitos, é aprender a conviver com as diferenças, é formar para a autonomia moral e intelectual. Acreditamos que a educação voltada para valores e atitudes propicia ao aluno fortalecer-se como sujeito social e cidadão. É por isso que queremos começar essa discussão com as crianças pequenas, despertando neles a tolerância as diferenças.

De acordo com Candau, (2003, p.24), diferentes costumes, crenças, etnia e todos que compõem a cultura, frequentam, diariamente, as salas de aula.

Objetivos

- 1 Envolver a família nas questões que perpassam o ambiente escolar, para que se posicionem de forma observadora, crítica, e formadora de opiniões.
- 2 Quebrar tabus em relação a gênero e etnia.
- 3 Conscientização das diferenças entre pessoas, mostrando que a diversidade não implica na inferioridade.
- 4 Promover a auto-estima através do auto-conhecimento e liberdade de

expressão.

- 5 Trabalhar a noção de cidadania, igualdade de direitos e deveres.

Desenvolvimento

Iniciamos o projeto com a aquisição de uma boneca negra que foi colocada em exposição dentro das dependências da escola. A sua divulgação foi feita como sendo uma recém integrante da UMEI, porém não havia ainda sido feita a sua certidão de nascimento e escolha do nome.

Entretanto, o que deveria ser um projeto de uma sala de aula tomou proporções maiores, pois toda a escola queria conhecer a boneca e todos passaram a sugerir idéias que aos poucos foram ampliando o plano de ação.

Assim, a escolha do nome da boneca virou um “acontecimento” dentro da UMEI. Alguns professores, percebendo a empolgação das crianças passaram a explorar o assunto, e a temática África foi discutida com entusiasmo na sala dos pequenos.

Cada turma, respeitando o seu desenvolvimento, idade e interesse passaram a conhecer assuntos como: as diferenças, a importância de termos uma identidade, e questões como políticas, direito ao voto e respeito pela escolha do outro puderam ser trabalhadas.

Para facilitar a escolha do nome de nossa boneca, optamos por apresentar o livro “MENINAS NEGRAS”, de Madu Costa, onde temos três meninas negras, cada uma com sua característica própria: Mariana, Luanda e Dandara.

Desta forma, ao apresentar a história à turma, elas tiveram uma escolha a fazer, levando em conta as características físicas das meninas, nome mais bonito e até o perfil psico-social de cada uma. A animação foi grande, passamos a ver grupos de defesa de uma, e contra outra, campanhas para a menina mais sonhadora etc.

Nas dependências da escola, vivemos um verdadeiro momento de eleição, com urna, material de campanha, divulgação através de foldeer, cartazes entre outros, e nesse momento, o projeto tomou proporções também não esperadas.

A notícia de nossa eleição chegou também na casa de nossas crianças, e familiares passam então a indagar e se envolver com o trabalho. Decidimos então estender a escolha do nome da nossa boneca às famílias, que ao receber um documento informativo do projeto tinham a opção de também votarem.

Aproveitando o evento da festa junina a eleição foi feita com a participação dos familiares, que ansiosos aguardaram novas notícias do projeto. Tivemos momentos interessantes, onde crianças e pais discordavam do nome escolhido, crianças fizeram “boca de urna”, pais optavam por nomes diferentes até então não trabalhado, entre outras curiosidades.

O dia marcado para a apuração dos votos foi um acontecimento dentro da UMEI, montamos o ambiente colocando os cartazes com a imagem das três meninas, a urna ficou na parte central e as crianças escolhiam sentar-se próximo da menina que tinha ganhado o seu voto. Tivemos torcidas organizadas e muita animação.

Foram convidadas quatro crianças para auxiliar na apuração, três ficando responsáveis pela marcação dos votos no painel e a quatro crianças para retirar os votos da urna, que eram apresentados ao grupo presente que vibravam de acordo com os resultados. A disputa foi acirrada, sendo o resultado final o seguinte:

Mariana: 85 votos

Dandara: 90 votos

Luanda: 113 votos

Votos brancos: 03

Votos Nulos: 02

Avaliando o número total de votos entendemos que a participação da família foi significativa, visto que na UMEI temos um total de aproximadamente duzentos e vinte crianças, incluindo berçário, crianças de um e dois anos.

Durante o processo eleitoral a recém-nascida ia visitando as salas de aula e era bem recebida por todos. Ela aguardava ansiosa pela escolha do seu nome, até escutava os cochichos dos eleitores nos corredores.

‘Vai ser Dandara ela é negra, olhos grandes e espertos’.

‘Não, não vai ser Mariana ela é alegre e sonhadora, gosta da cor que tem’.

‘Ah! Nem uma nem outra, vai ser Luanda, pois é uma menina do tom de chocolate e dança muito bem’.

Por mais de uma semana esses foram os comentários mais ouvidos na instituição. Todo o processo eleitoral foi tranquilo e a nossa recém-nascida recebeu o nome de LUANDA. Agora de posse de sua certidão de nascimento e mais

crescidinha ela visitará com muita frequência a casa de seus familiares.

De volta do nosso recesso, deparamos com perguntas sobre que dia a Luanda começaria as visitas. Nesse momento pensou-se também que cada família poderia deixar alguma lembrança para a boneca, e a forma encontrada para essa manifestação poderia ser colocada em pequeno pedaço de tecido que ao final do projeto formaria a colcha de “retalhos de Luanda.”

A partir daí iniciamos o segundo momento de nosso projeto: organizamos um caderno que será o diário de nossa menina Luanda, diário esse que visitará a casa de nossas crianças e que recebeu as informações sobre a história de vida de Luanda, assim como a sua certidão de nascimento.

E assim Luanda começou suas visitas. Já no dia dois de agosto ela foi acolhida pela primeira família levando seu diário e um pedaço do tecido de sua colcha. Agora essa será sua rotina diária.

Luanda continuou sendo o assunto de nossas crianças, e já nas salas dos maiores, quatro e cinco anos, surgia outras curiosidades, abrindo caminho para novas possibilidades. Quem é a mãe da Luanda? De onde ela veio?

Assim, cada educadora passou a conversar sobre a autora do livro “As meninas Negras”, sobre o continente “África”, sobre as diferenças de cor, de religião etc, tudo dentro do nível de entendimento de cada turma.

Nesse momento veio então a idéia de convidarmos a autora do livro, Madu Costa para uma visita a nossa escola, já que descobrimos que ela é professora da rede municipal de Belo Horizonte e tem grande interesse pela temática racial.

Sua visita foi programada para o dia 26 de Agosto, ficando então todas as educadoras responsáveis pela divulgação junto as suas turmas.

O dia marcado para o encontro com a autora Madu Costa foi aguardado com muita expectativa, todos queriam conhecê-la e também apresentar tudo que nossa escola já sabia sobre a história dos negros no Brasil.

A equipe da escola foi brilhante na preparação do espaço. Tudo foi enfeitado com cartazes das bonecas, exposição da bibliografia específica sobre o tema racial que a escola possui mesas com toalhas de estampas africanas, além é claro de nossa mascote “LUANDA” que aguardou impaciente junto ao seu diário e partes de sua colcha que já vem sendo tecida pelas nossas crianças e familiares.

Madu foi recebida por nossas crianças com muita alegria e câro bem afinado: “Madu, Madu, Madu, Madu..”

A manhã foi bem animada, ouvimos histórias sobre nossa descendência africana, sobre diferenças raciais, além de músicas na língua “iorubá”.

Nossa autora também ficou feliz com o que viu, ou seja, nossas crianças, ainda tão pequenas, já estão familiarizadas com questões tão sérias sobre nossa história. Só iremos valorizar nossas raízes, respeitando as diversidades que ela nos traz se aprendermos desde cedo a valorizá-las.

A visita da boneca Luanda na casa das crianças fortaleceu o laço de amizade entre as famílias e a escola, proporcionando uma parceria entre o grupo de moradores e a instituição.

A avó de um aluno procurou o grupo de educadoras e solicitou a sua participação na Feira Literária com o objetivo de promover uma oficina de confecção de bonecas negras de pano, que será oferecida aos visitantes. E assim, contribuir na divulgação das questões étnicas raciais que permeiam o espaço escolar.

Nesse momento tivemos oportunidade de conhecer o trabalho comunitário de um grupo de voluntárias que em parceria com a Associação de Moradores do bairro Guarani vem lutando entre outras causas, pela preservação do Parque Ecológico Nossa Senhora da Piedade. O trabalho com oficinas de artesanato é uma atividade conhecida do grupo, portanto, a idéia de confecção da boneca de pano nos chamou a atenção. Quanto mais adesões e visibilidade para a temática abordada melhor resultados alcançaremos.

A feira Literária é promovida anualmente pelas escolas: UMEI Aarão Reis e Escola Municipal Hélio Pellegrino, e este ano acontecerá no dia 23 de Outubro, onde aproveitaremos para apresentação do atual projeto de intervenção.

Finalizamos o projeto, com todas as famílias envolvidas sendo convidadas a participar de um dia especial nas dependências da escola. Neste dia marcado como dia da Consciência Negra , 20 de Novembro, organizamos uma confraternização, formação e avaliação de todo trabalho. A escola foi ornamentada lembrando nossas raízes africanas, onde atividades de oficinas (confecção de bonecas), danças circular, apresentação de textos e poemas de autores africanos, além de um delicioso lanche servido a todos os convidados.

4- CONCLUSÃO

Durante o projeto, identificou-se a importância de divulgação da lei 10639/03 com objetivo de contribuir para a qualidade das práticas educativas de modo a abranger todos os alunos, no fortalecimento da sua identidade, da ética, do respeito e sensibilidade em aceitar a diversidade.

Conforme já foi mencionado muitas vezes, as questões étnicas raciais não são trabalhadas pontualmente, pois a grande maioria dos educadores desconhecem o texto da lei, e o material didático utilizado traz muito das idéias eurocêntricas, que antes de serem passadas para os estudantes necessitam de uma revisão crítica do educador.

A sociedade permitiu a perpetuação dos preconceitos raciais, principalmente quanto aos afros descendentes. Até pouco tempo todos ouviam com naturalidade frases depreciativas sobre, ou para os negros. Entendemos que é urgente e pertinente a necessidade de rever conceitos, práticas educativas, materiais didáticos, modificar atitudes, o que é sem dúvida um grande desafio posto para a sociedade que culturalmente vê o negro como inferior.

A lei 10639/ 03 é um dispositivo legal que reafirma a valorização do negro e a contribuição que os africanos deram para a cultura brasileira. No entanto, apenas a lei não é suficiente para garantir que as escolas coloquem na Proposta Política Pedagógica essa temática. É necessário a sua divulgação para que possam ser legitimadas as ações para que os estudantes negros se sintam parte do processo educativo.

No que tange a obrigatoriedade da lei pode-se concluir que a existência da mesma expressa conquistas oriundas das extensas lutas do movimento Negro pelo reconhecimento e igualdade de direitos.

O profissional da educação terá sua prática enriquecida ao adotar ações ou práticas de reconhecimento que existe o preconceito racial, trabalhar a atitudes de desconstrução do mesmo, entendendo que a escola é um espaço de todos.

O desenvolvimento dessas reflexões permitiu aos educadores a desenvolverem a capacidade crítica indispensável as suas atuações enquanto profissionais formadores de opinião.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi com muita surpresa que finalizei o trabalho de conclusão do curso em História da África e Cultura Afro brasileira, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/2010. Em primeiro lugar porque pude certificar aquilo que já suspeitava: assim como eu, a grande maioria dos educadores tem pouca ou quase nenhuma informação sobre a lei 10639/03, e o pior nunca se preocuparam com as questões étnicas raciais que perpassam o ambiente escolar.

[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2001, p. 7).

Através de pesquisas, entrevistas, relatos e observações, mesmo em um ambiente onde crianças tão pequenas estão inseridas, ou seja, na educação infantil, é visível que crianças negras construam a percepção de seu grupo étnico-racial através da ótica da inferioridade. As imagens passadas pelos meios de comunicação são carregadas de estereótipos e estigmas em relação ao negro. As ilustrações do livro didático animalizam, idiotizam, rebaixam, inferiorizam os negros, e, por outro lado, engrandecem os brancos. (SILVA, 2001)

Tais estereótipos atribuídos ao negro contribuem negativamente no processo de formação da identidade e aceitação dos traços estéticos herdados. Compreender a auto-estima do/a aluno/a negro/a numa sociedade que valoriza o padrão de beleza branco-europeu, ressignificar a negritude nesse contexto discriminatório torna-se uma tarefa extremamente difícil. No entanto, a reeducação das relações raciais implica nesse repensar – tanto por novas concepções, quanto por novas posturas que visem a valorização da diversidade.

Ter a legislação como aliada já é um grande passo. No entanto, é preciso não estacionar por aí, é imprescindível a estruturação dos sistemas educacionais através de uma formação docente que priorize a diversidade cultural, religiosa, uma visão positiva acerca da importância da diferença na formação individual, coletiva, social; a reformulação do currículo etnocêntrico por um currículo multicultural; a inovação e

melhorias nos recursos didáticos, reflexão e conscientização da formação da negritude e branquitude na conjuntura social-eurocêntrica; a proposta de espaços educativos que proponham debates, discussões, seminários, etc., para que assim, os resultados sejam significantes tanto nas mudanças de concepções, como nas posturas. A “descolonização” de idéias e práticas é um processo contínuo e incessante.

Se a Lei 10.639/03 é direcionada aos sistemas de ensino, então, que tais iniciativas de formação docente oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação contemplem todos os educadores, pois é dever do professor implementar a temática africana nos conteúdos e práticas pedagógicas. Dessa forma , entendo que os cursos de formação na área de africanidades devem ser direcionados para todos os docentes.

6- BIBLIOGRAFIA

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Braziliense, 1982. 246 p.

CANDAU, Vera M. Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007. 313 p.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: o limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo, 2008. 624 p.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. MOREIRA & CANDAU (ORGS.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 34 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999. 256 p.

_____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004, v. 47, n° 1.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. 302 p.

Kabengele (org.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 202 p.

_____. *A discriminação do negro no livro didático*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004. 112 p.

KALOUSTIAN, Silvio M.(org) *Família Brasileira, a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez; 4ª. edição. São Paulo, 2000.

Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: .
MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 14, nº 41. Outubro, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

7. ANEXOS

- 1- Texto de apresentação da chegada da boneca negra na escola
- 2- Convite para eleição e escolha do nome da boneca negra
- 3- Certidão de nascimento de Luanda
- 4- Publicação no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte sobre as atividades do projeto na UMEI Aarão Reis
- 5- Textos elaborados pelas famílias que receberam a boneca Luanda em casa.
- 6- Convite para encerramento do projeto.